

# **AUDITOR DO ESTADO - DIREITO**

**TIPO 1 – BRANCA**



## **SUA PROVA**

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas de **Conhecimentos Gerais**, você receberá do fiscal de prova o cartão de resposta e a folha de textos definitivos da **Prova Discursiva**.



## **TEMPO**

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e preenchimento da folha de textos definitivos.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



## **NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



## **INFORMAÇÕES GERAIS**

- Transcreva a frase abaixo para o espaço reservado na folha de respostas das questões objetivas, utilizando sua caligrafia usual.

### **Quem canta seus males espanta**

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**



## Módulo de Conhecimentos Gerais

### Língua Portuguesa

#### Atenção: o texto a seguir refere-se às duas próximas questões

Um site da Internet fala o seguinte sobre a carreira de auditor:

*“Quando a gente fala em auditoria, muita gente fica de orelha em pé.*

*A profissão é bastante badalada no mercado de trabalho e geralmente associada a altos salários.*

*No serviço público, então, é um dos cargos mais desejados!*

*Mas você sabe qual são as atribuições desses profissionais? Quanto eles ganham? Onde trabalham?*

*Descubra o que faz um auditor e o que estudar para se tornar um!”*

1

Assinale a expressão que caracteriza mais a oralidade que a linguagem informal.

- (A) a gente.
- (B) de orelha em pé.
- (C) badalada.
- (D) altos salários.
- (E) então.

2

Assinale a frase mais proximamente ligada ao texto injuntivo.

- (A) *Quando a gente fala em auditoria, muita gente fica de orelha em pé.*
- (B) *A profissão é bastante badalada no mercado de trabalho e geralmente associada a altos salários.*
- (C) *No serviço público, então, é um dos cargos mais desejados!*
- (D) *Mas você sabe qual são as atribuições desses profissionais? Quanto eles ganham? Onde trabalham?*
- (E) *Descubra o que faz um auditor e o que estudar para se tornar um!*

#### Atenção: o texto a seguir refere-se às duas próximas questões.

No mercado encontramos vários tipos de auditor. Entre as empresas, o interno e o externo são os mais comuns.

**Auditor interno?** *É o profissional contratado pela própria empresa para analisar e garantir o cumprimento dos regulamentos internos. Eles devem identificar falhas ou atestar se os procedimentos internos são cumpridos à risca, buscando sempre um altíssimo padrão de qualidade.*

**Auditor externo?** *Trabalha em um escritório especializado em auditoria e é chamado para atestar os dados patrimoniais e financeiros da empresa contratante.*

*Por lei, empresas de grande porte (faturamento acima de R\$ 300 milhões anuais) e empresas de capital aberto precisam se submeter a um processo anual de auditoria externa.*

*Bancos, seguradoras, fundos de investimento e demais instituições financeiras devem obrigatoriamente passar por uma auditoria a cada seis meses.*

3

O fragmento textual, retirado de um site sobre carreiras, mostra distintas marcas em sua estruturação.

Assinale a marca acompanhada de um exemplo do texto, corretamente identificada.

- (A) Paralelismo sintático: *É o profissional contratado pela própria empresa para analisar e garantir o cumprimento dos regulamentos internos.*
- (B) Enumeração de termos: *Bancos, seguradoras, fundos de investimento e demais instituições financeiras devem obrigatoriamente passar por uma auditoria a cada seis meses.*
- (C) Construção pleonástica: *Por lei, empresas de grande porte (faturamento acima de R\$ 300 milhões anuais) e empresas de capital aberto precisam se submeter a um processo anual de auditoria externa.*
- (D) Apelo a uma citação: *Por lei, empresas de grande porte (faturamento acima de R\$ 300 milhões anuais) e empresas de capital aberto precisam se submeter a um processo anual de auditoria externa.*
- (E) Introdução por referência histórica: *No mercado encontramos vários tipos de auditor. Entre as empresas, o interno e o externo são os mais comuns.*

4

Na frase *“É o profissional contratado pela própria empresa para analisar e garantir o cumprimento dos regulamentos internos”*, há dois infinitivos sublinhados.

Se essa frase for reescrita, substituindo esses infinitivos por formas nominais, a forma adequada será:

- (A) É o profissional contratado pela própria empresa para a análise e garantia do cumprimento dos regulamentos internos
- (B) É o profissional contratado pela própria empresa para que analise e garanta o cumprimento dos regulamentos internos
- (C) É o profissional contratado pela própria empresa para a análise e para garantir o cumprimento dos regulamentos internos
- (D) É o profissional contratado pela própria empresa para analisar e para a garantia do cumprimento dos regulamentos internos
- (E) É o profissional contratado pela própria empresa para que se analise e se garanta o cumprimento dos regulamentos internos

5

Observe o seguinte texto:

*“A **auditoria ambiental** é uma ferramenta de gestão ambiental definida pela norma NBR ISO 14.010 como um “processo sistemático e documentado de verificação, executado para obter e avaliar, de forma objetiva, evidências de auditoria para determinar se as atividades, eventos, sistemas de gestão e condições ambientais específicos ou as informações relacionadas a estes estão em conformidade com os critérios de auditoria e para comunicar os resultados deste processo ao cliente”. Assim, é considerado um procedimento realizado por profissionais técnicos ou empresas terceirizadas, gerido por um auditor líder e executado por uma equipe preparada, visando avaliar o desempenho e o comprometimento ambiental de empresas e indústrias.”* (Auditoria ambiental – M.C.R.Manzano)

O texto começa por uma definição do que é “auditoria ambiental”.

Assinale a afirmação **incorreta** sobre a forma dessa definição.

- (A) Uma definição se inicia sempre por um vocábulo de conteúdo geral que, nesse caso, é “ferramenta”.
- (B) Após o termo geral, há uma especificação de seu significado que, nesse caso, é “de gestão ambiental”.
- (C) Dentro da definição inicial ocorre a presença de uma segunda definição mais específica do termo inicial.
- (D) A indicação da norma legal tem a função de garantir a existência desse tipo de auditoria.
- (E) Após o texto da segunda definição, há uma maior explicitação dos termos da definição legal.

**Atenção: o texto a seguir refere-se às três próximas questões.**

*“Quando deve ocorrer uma auditoria empresarial?”*

*É preciso se livrar da convicção de que uma auditoria só é necessária quando as coisas não vão bem – porque ela deve ser feita quando está tudo bem, quando tudo está em perfeitas condições, pois isso pode garantir a ordem nos negócios a longo prazo*

*Quanto maior a empresa, mais provável é que os pontos-chave exijam auditorias completas e frequentes – isso pode ser feito por especialistas internos qualificados ou consultores externos.*

*Para determinar se sua empresa precisa de uma auditoria, considere se as informações em uma área específica são suficientemente transparentes, claras e seguras. Se não, definitivamente indica a necessidade de uma análise aprofundada.*

*Outra orientação muito importante é conversar com os funcionários. Eles sabem melhor do que ninguém se os processos são seguidos e se os requisitos burocráticos e legais são cumpridos. Portanto, comece uma conversa.”*

(Redator Ponto Tel / 20/10/2021)

6

Sobre a pergunta que dá título ao texto, é correto afirmar que a resposta a ela dada

- (A) afirma a necessidade de solicitar aos funcionários a permissão de realizar-se uma auditoria válida.
- (B) contraria uma ideia amplamente aceita.
- (C) aconselha a realização de auditorias quando as informações de uma área específica são transparentes, claras e precisas.
- (D) mostra a geral desinformação sobre o tema.
- (E) indica que há necessidade de auditoria mesmo que as coisas não vão bem na empresa.

7

Em todos os segmentos abaixo há a presença de dois termos sublinhados.

Assinale a opção em que a presença do segundo termo é dispensável, por ser sinônimo perfeito do primeiro.

- (A) porque ela deve ser feita quando está tudo bem, quando tudo está em perfeitas condições.
- (B) mais provável é que os pontos-chave exijam auditorias completas e frequentes.
- (C) isso pode ser feito por especialistas internos qualificados ou consultores externos.
- (D) as informações em uma área específica são suficientemente transparentes, claras e seguras.
- (E) Eles sabem melhor do que ninguém se os processos são seguidos e se os requisitos burocráticos e legais são cumpridos.

8

Em todas as frases abaixo há a presença do vocábulo SE, sublinhado.

Assinale a frase em que a função desse vocábulo é diferente da função presente nas demais frases.

- (A) ... considere se as informações em uma área específica são suficientemente transparentes, claras e seguras.
- (B) Para determinar se sua empresa precisa de uma auditoria.
- (C) É preciso se livrar da convicção de que uma auditoria só é necessária quando as coisas não vão bem
- (D) Eles sabem melhor do que ninguém se os processos são seguidos.
- (E) ...e se os requisitos burocráticos e legais são cumpridos.

**Atenção: o texto a seguir refere-se às seis próximas questões.**

*“Estamos em 2022 e, neste momento, a maioria das transações bancárias, segundo o Banco Central, é realizada na modalidade Pix. Essa modalidade já superou a TED e o DOC.”*

*Sabemos que no Brasil existe muita sonegação, muitas empresas, principalmente as menores, não declaram tudo aquilo que movimentam. Porém, do outro lado da mesa, está a Receita Federal — com supercomputadores e com analistas bem treinados para auditar as milhares de informações que chegam aos bancos de dados do órgão.*

*As Secretarias de Fazenda Estaduais e as Prefeituras estão se modernizando cada vez mais (é o caso do DF, que possui a Malha Fiscal), com o uso de tecnologia para tratamento das informações recebidas através das obrigações acessórias, a fim de evitar a sonegação fiscal por parte das empresas e não deixar de arrecadar tributos.*

*A Receita Federal, através do sistema SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), montou uma verdadeira armadilha para as pessoas físicas e jurídicas que não declaram suas movimentações financeiras.*

*O que antes era feito em papel passou a ser digital e online, ou seja, hoje em dia a Receita Federal pode identificar uma operação clandestina antes mesmo de ser concluída.*

*E, a partir de 2023, será possível cruzar a movimentação bancária gerada pelas empresas (de qualquer porte) com as informações repassadas pelas instituições financeiras, intermediadores financeiros e instituições de pagamento para arrecadar os tributos devidos nessas operações.*

*Não importa a forma de transferência utilizada pelas empresas, TED, DOC, Pix etc. Tudo será informado para o fisco e, como já dissemos, no caso do Pix, a informação será retroativa.”*

(Arvi Consultoria)

**9**

Observe o primeiro parágrafo desse texto:

*“Estamos em 2022 e, neste momento, a maioria das transações bancárias, segundo o Banco Central, é realizada na modalidade Pix. Essa modalidade já superou a TED e o DOC.”*

Sua função textual é a de

- (A) informar aos leitores menos avisados sobre as diversas modalidades de operações financeiras.
- (B) destacar a importância do Pix como operação financeira, no momento em que vivemos.
- (C) mostrar o descrédito de algumas modalidades de operações financeiras diante do sucesso do Pix.
- (D) antecipar alguns perigos advindos da grande movimentação financeira por meio do Pix.
- (E) localizar uma discussão no momento presente, a fim de mostrar a atualização das instituições no processo de fiscalização.

**10**

*“Estamos em 2022 e, neste momento, a maioria das transações bancárias, segundo o Banco Central, é realizada na modalidade Pix. Essa modalidade já superou a TED e o DOC.”*

Sobre a estruturação sintática e semântica desse primeiro parágrafo do texto, assinale a afirmação correta.

- (A) A forma verbal “estamos” se refere apenas ao conjunto de leitores do texto.
- (B) No termo “neste”, a forma do demonstrativo utilizada se prende ao fato de o momento estar anunciado antes.
- (C) A expressão “a maioria das transações bancárias” pode levar o verbo da frase também para o plural.
- (D) O termo “segundo o Banco Central” indica a falta de credibilidade dos autores do texto.
- (E) No termo “a TED e o DOC” há um erro gramatical no emprego do primeiro artigo.

**11**

*“Sabemos que no Brasil existe muita sonegação, muitas empresas, principalmente as menores, não declaram tudo aquilo que movimentam. Porém, do outro lado da mesa, está a Receita Federal — com supercomputadores e com analistas bem treinados para auditar as milhares de informações que chegam aos bancos de dados do órgão”.*

Nesse fragmento do texto observamos que

- (A) nem todos os delitos são punidos, porque falta modernização tecnológica e dedicação dos funcionários públicos.
- (B) a sonegação fiscal tende a desaparecer no país, em função das providências legais tomadas contra ela.
- (C) a conjunção “porém” faz a oposição, respectivamente, entre a legalidade e a ilegalidade.
- (D) as providências legais aparecem sempre após a verificação de delitos.
- (E) o termo “órgão” se refere ao termo anterior “supercomputadores”.

**12**

*“As Secretarias de Fazenda Estaduais e as Prefeituras estão se modernizando cada vez mais (é o caso do DF, que possui a Malha Fiscal), com o uso de tecnologia para tratamento das informações recebidas através das obrigações acessórias, a fim de evitar a sonegação fiscal por parte das empresas e não deixar de arrecadar tributos.”*

Assinale a observação que está **em desacordo** com as informações e com a estruturação desse segmento textual.

- (A) a forma do adjetivo “Estaduais” está errada, pois devia obrigatoriamente concordar com o substantivo “Fazenda”.
- (B) o segmento entre parênteses mostra um exemplo da modernização dos órgãos de fiscalização.
- (C) o termo “uso da tecnologia” indica uma valorização dos processos fiscalizatórios.
- (D) o termo “para tratamento das informações recebidas” equivale a “para que se tratem as informações recebidas”.
- (E) a locução “a fim de” mostra a finalidade das duas orações seguintes.

13

Sobre as siglas empregadas no texto – DF, TED, DOC, SPED – assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A sigla DOC corresponde à forma abreviada de “documento”.
- (B) A sigla SPED tem sua explicação entre parênteses por não ser de amplo conhecimento do público.
- (C) As siglas TED e DOC são vistas pelo autor do texto como de amplo conhecimento dos leitores.
- (D) O emprego de siglas traz como uma de suas consequências a economia de espaço gráfico.
- (E) Todas as letras das siglas correspondem a palavras significativas da expressão original.

14

“A Receita Federal, através do sistema SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), montou uma verdadeira armadilha para as pessoas físicas e jurídicas que não declaram suas movimentações financeiras.”

Nesse segmento do texto, o vocábulo “verdadeira” mostra o mesmo significado que na seguinte frase:

- (A) Os caixas dos supermercados verificam sempre se as cédulas de alto valor recebidas são verdadeiras.
- (B) As verdadeiras afirmações de Cristo deviam ser ouvidas com mais atenção, pois, não sendo falsas, geram o bem.
- (C) As moedas achadas no navio naufragado são verdadeiras e foram cunhadas no século X.
- (D) Os supercomputadores são verdadeiros espiões contra o crime.
- (E) A única afirmação verdadeira do ministro foi desprezada pelos ouvintes.

## Fundamentos da Auditoria Governamental

15

A Matriz de Planejamento é um instrumento fundamental para o direcionamento e a organização de todo o trabalho de auditoria. Assinale a opção que indica corretamente o componente da matriz de planejamento com a sua respectiva explicação, de acordo com a Instrução Normativa CGE nº 001/2021.

- (A) Informações requeridas: identificação de onde as informações estão disponíveis.
- (B) Critérios: apresentação de eventuais impedimentos para a realização dos trabalhos.
- (C) Questões de auditoria: descrição daquilo que motivou a auditoria, expresso de forma clara e concisa.
- (D) Subquestões de auditoria: avaliação sobre o objeto auditado, se este atende, excede ou está aquém do desempenho esperado.
- (E) Procedimentos de auditoria: conjunto de exames com a finalidade de obter evidências suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis, que permitam responder a uma questão de auditoria.

16

De acordo com a Instrução Normativa CGE nº 001/2021, os trabalhos de auditoria devem ter como objetivo agregar valor à unidade auditada, identificando oportunidades para aperfeiçoamento dos processos de governança, gerenciamento de riscos e de controle dessa unidade.

Durante a execução do trabalho de auditoria, eventuais situações de indícios de irregularidades, consideradas sem gravidade e fora do escopo do trabalho, devem ser

- (A) ignoradas pela equipe de auditoria, uma vez que poderão atrapalhar o foco da equipe e trazer resultados inadequados ao trabalho.
- (B) incorporadas ao escopo do trabalho pela equipe de auditoria, uma vez que o esforço em solucioná-las trará aperfeiçoamento dos processos de governança.
- (C) incorporadas ao escopo do trabalho pela equipe de auditoria, uma vez que, se não forem consideradas, podem comprometer o resultado final do trabalho de auditoria.
- (D) apontadas e reportadas ao superior hierárquico para providências em futuros trabalhos, uma vez que não são de responsabilidade da equipe de auditoria.
- (E) apontadas e reportadas ao superior hierárquico para providências em futuros trabalhos, uma vez que a equipe de auditoria deve manter-se alinhada ao escopo e objetivo definidos previamente na fase do planejamento.

17

Os achados de auditoria que registram desconformidade com o critério devem ser classificados de acordo com o impacto nos objetivos da unidade auditada.

Nesse sentido, a interrupção de operações ou atividades relativas a processos, projetos ou programas que causam impactos significativos, porém recuperáveis, nos objetivos da unidade auditada são classificados no nível

- (A) baixo.
- (B) médio.
- (C) alto.
- (D) muito alto.
- (E) irrelevante.

18

Em relação aos papéis de trabalho, analise os exemplos a seguir:

- I. organograma
- II. documentos do planejamento
- III. relatos de visitas ou inspeções realizadas
- IV. fluxograma de procedimentos operacionais
- V. relatórios de auditoria de exercícios anteriores
- VI. solicitações de auditoria e as respectivas respostas

Assinale a opção que indica apenas os papéis de trabalho classificados como correntes.

- (A) I, IV e V.
- (B) I, V e VI.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e VI.
- (E) II, V e VI.

19

Os relatórios de auditoria constituem um meio de comunicação entre auditores e unidades auditadas.

Assinale a opção que indica a seção do relatório em que estão registrados os achados de auditoria.

- (A) Resumo.
- (B) Conclusão.
- (C) Resultado dos exames.
- (D) Recomendações.
- (E) Introdução.

20

De acordo com a Instrução Normativa CGE nº 001/2021, algumas recomendações podem estabelecer, em função da complexidade e da quantidade de ações a serem realizadas, a necessidade da elaboração de um plano de ação que direcione e permita o acompanhamento da implementação das medidas requeridas.

Os planos de ação devem ser elaborados e avaliados, respectivamente, por

- (A) gestores e equipe de auditoria.
- (B) gestores e proprietário.
- (C) equipe de auditoria e gestores.
- (D) entidade reguladora e gestores.
- (E) equipe de auditoria e proprietário.

21

O risco de auditoria caracterizado pela possibilidade de o erro acontecer em face da não existência de controle é denominado

- (A) inerente.
- (B) de controle.
- (C) de detecção.
- (D) organizacional.
- (E) de planejamento.

22

O propósito da gestão de riscos, de acordo com a ISO 31000, é a criação e proteção de valor.

Nesse sentido, uma abordagem estruturada e abrangente para a gestão de riscos contribui para resultados

- (A) neutros e oportunos.
- (B) completos e verificáveis.
- (C) relevantes e tempestivos.
- (D) consistentes e comparáveis.
- (E) integrados e compreensíveis.

23

A Lei nº 17.715/2019 institui o Programa de Integridade e *Compliance* da Administração Pública em todos os órgãos e entidades governamentais no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Em relação ao Programa de Integridade e *Compliance*, estão corretas as afirmativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Entre os objetivos do programa está fomentar a cultura de controle interno da administração, na busca contínua por sua conformidade, assim como a inovação e a adoção de boas práticas de gestão pública.
- (B) Deve ser concebido e implementado de acordo com o perfil geral dos órgãos e entidades públicas estaduais, de modo que as medidas de proteção nele estabelecidas são implantadas de acordo com o risco generalizado que elas apresentam.
- (C) Seu estabelecimento expressa o comprometimento do Estado de Santa Catarina com o combate à corrupção em todas as formas e contextos, bem como com a integridade, a transparência pública e o controle social.
- (D) Representa o documento oficial do órgão ou entidade que contempla os principais riscos de integridade da organização, as medidas e preceitos de tratamento dos riscos identificados e a forma de implementação em monitoramento do programa.
- (E) Deve ser divulgado, após apresentado e aprovado pelo órgão ou entidade, em página eletrônica interna, sendo permitido o registro de comentários e sugestões, que podem ser utilizados para posterior monitoramento e aprimoramento do Plano.

24

De acordo com a Lei Complementar 741/19 e alterações, entre os órgãos superiores da Administração Pública Estadual Direta do Estado de Santa Catarina está a Controladoria-Geral do Estado (CGE). Entre as suas atribuições está

- (A) expedir e encaminhar para publicação decretos, leis, medidas provisórias e demais atos do processo legislativo emanados pelo Governador do Estado.
- (B) orientar e coordenar o estudo, a produção formal e as adequações jurídicas e técnicas dos atos do processo legislativo a serem submetidos ao Governador do Estado, em articulação com os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual.
- (C) determinar as regras e os procedimentos cerimoniais a serem seguidos pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Estadual e pelas pessoas jurídicas de direito privado quando estiverem presentes o Governador do Estado ou o Vice-Governador do Estado.
- (D) assistir o Governador do Estado e o Vice-Governador do Estado no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais e coordenar as ações referentes à agenda governamental, a audiências, a comunicações, a viagens, a eventos e a cerimônias civis e militares das quais participem.
- (E) tomar as providências necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública Estadual.

**25**

No modelo das três linhas, cada linha tem seu papel definido, e não há hierarquia entre elas.

Em relação ao modelo, relacione a linha a sua respectiva função.

1. Primeira linha
  2. Segunda linha
  3. Terceira linha
- ( ) Fornecer expertise e apoio; monitorar a implementação de recomendações; verificar questões relacionadas a riscos; analisar conformidade com as normas, regulamentos e comportamento ético.
- ( ) Executar atividades de acordo com as normas vigentes; gerenciar riscos; prestar contas aos Secretários Estaduais, Presidentes e Dirigentes das organizações públicas.
- ( ) Realizar auditorias sobre as atividades realizadas, avaliando a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos; promover a prestação de contas das atividades da auditoria ao Chefe do Poder Executivo.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.  
(B) 1 – 3 – 2.  
(C) 2 – 1 – 3.  
(D) 2 – 3 – 1.  
(E) 3 – 1 – 2.

## Controle na Administração Pública

**26**

A Lei nº 13.460/2017 estabelece as regras para a participação dos usuários na prestação e avaliação de serviços públicos no âmbito dos conselhos de usuários.

Assinale a opção que contém apenas atribuições dos conselhos de usuários previstas na referida lei.

- (A) Solicitar a prestação de serviços em nome de usuários cuja solicitação esteja inviabilizada e acompanhar a prestação dos serviços.
- (B) Acompanhar a prestação dos serviços e contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário.
- (C) Participar na avaliação dos serviços e solicitar a prestação de serviços em nome de usuários cuja solicitação esteja inviabilizada.
- (D) Contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário e solicitar a prestação de serviços em nome de usuários cuja solicitação esteja inviabilizada.
- (E) Solicitar a prestação de serviços em nome de usuários cuja solicitação esteja inviabilizada e estabelecer critérios para a composição do conselho de usuários.

**27**

A Lei de Acesso à Informação (LAI) regula as condições, processos e procedimentos para a aquisição de informação acerca do funcionamento da União, estados e municípios. Nela estão previstos casos nos quais o acesso a estes dados poderá ser negado e quando é possível recorrer desta decisão.

Acerca de recursos à Controladoria-Geral da União no âmbito da LAI, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os recursos podem ocorrer exclusivamente em caso de descumprimento de prazos e procedimentos previstos em lei por entidades municipais, estaduais e federais.
- (B) Os recursos podem ocorrer caso negado o acesso à informação não sigilosa ou à informação sigilosa sem indicação da autoridade classificadora no âmbito do poder executivo federal, estadual ou municipal.
- (C) Os recursos podem ocorrer exclusivamente caso o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado por entidade do executivo federal.
- (D) Os recursos podem ocorrer exclusivamente caso os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos em lei não tiverem sido observados no âmbito do poder executivo federal.
- (E) Os recursos podem ocorrer caso negado o acesso à informação não sigilosa ou à informação sigilosa sem indicação da autoridade classificadora no âmbito do poder executivo federal.

**28**

A Lei nº 14.230/2021 altera a Lei nº 8.429/1992 e dispõe sobre as sanções aplicáveis em casos de improbidade administrativa.

Acerca das sanções nela previstas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em caso de ressarcimento integral do dano patrimonial e de sanções penais não cabem outras sanções nas hipóteses dos artigos 9º e 10 da Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) Independente do ressarcimento integral do dano patrimonial nas hipóteses dos artigos 9º e 10 da Lei de Improbidade Administrativa cabem a perda dos direitos políticos por até 14 anos e a proibição de contratar com o poder público por até 12 anos, respectivamente.
- (C) Em caso de ressarcimento integral do dano patrimonial ou de sanções penais não cabem outras sanções nas hipóteses dos artigos 9º e 10 da Lei de Improbidade Administrativa.
- (D) Independente do ressarcimento integral do dano patrimonial nas hipóteses dos artigos 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa cabem a perda dos direitos políticos por até 14 anos e a proibição de contratar com o poder público por até 24 anos, respectivamente.
- (E) Independente do ressarcimento integral do dano patrimonial nas hipóteses dos artigos 9º e 11 da Lei de Improbidade Administrativa cabem a perda dos direitos políticos por até 12 anos e a proibição de contratar com o poder público por até 24 anos, respectivamente.

29

O decreto estadual nº 1.933/2022, de Santa Catarina, trata do recebimento de denúncias por via eletrônica no âmbito da ouvidoria do estado. Como forma de resguardo aos denunciadores, o decreto prevê a proteção de seus elementos identificadores.

Assinale a opção que contém apenas hipóteses previstas no referido decreto em que elementos identificadores do denunciante poderão ser compartilhados entre unidades distintas.

- (A) Exclusivamente mediante consentimento do denunciante ou para cumprimento de ordem judicial.
- (B) Mediante requerimento da unidade investigada ou quando indispensável à análise dos fatos na denúncia em entidade distinta da que recebeu a manifestação.
- (C) Mediante consentimento do denunciante ou quando indispensável à análise dos fatos na denúncia.
- (D) Para cumprimento de ordem judicial ou mediante consentimento do titular para entidade distinta da que recebeu a manifestação.
- (E) Exclusivamente para cumprimento de ordem judicial.

30

Os conselhos de gestão são espaços de interação direta entre Estado e sociedade.

Sobre os conselhos de gestão, analise a afirmativas a seguir.

- I. São espaços públicos estatais que possibilitam a representação de interesses coletivos na definição da agenda pública.
- II. Distinguem-se de outras manifestações da sociedade civil, por ser sua estrutura legalmente definida e institucionalizada e por buscar a ação conjunta com o aparato estatal.
- III. O estatuto jurídico dos conselhos permite uma completa autonomia desse subsistema em relação à economia e à política.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

31

O decreto nº 913/2012 do estado de Santa Catarina estabelece o portal da transparência como o canal oficial do poder executivo estadual. Nele constam informações sobre as atividades exercidas pelo governo do estado sob responsabilidade da Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG) da Secretaria de Estado da Fazenda.

Sobre as informações disponíveis no portal, é correto afirmar que

- (A) são publicados todos os atos praticados na execução da despesa, no momento de sua realização, com dados da pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento anonimizada.
- (B) são publicados o lançamento e o recebimento de toda a receita, exceto os referentes a recursos extraorçamentários.
- (C) são publicados todos os atos praticados na execução da despesa, no momento de sua realização, com dados referentes ao número do correspondente processo.
- (D) são publicados os procedimentos licitatórios já concluídos, exceto os relativos à dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- (E) são publicadas informações relativas à implementação e resultados apenas de programas e projetos já concluídos.

32

*Accountability* é parte fundamental do papel dos conselhos de gestão e tem como principal finalidade o controle do poder e da autoridade estatal.

Sobre a *accountability*, em relação aos conselhos de gestão, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os conselhos de gestão representam uma forma de *accountability societal*, um mecanismo de controle não-eleitoral com ferramentas institucionais e não institucionais baseadas na ação de cidadãos.
- (B) Os conselhos de gestão representam uma forma de *accountability horizontal*, um mecanismo de controle estatal baseado em uma rede de agências internas ao Estado que visam estabelecer *checks and balances*.
- (C) Os conselhos de gestão representam uma forma de *accountability horizontal*, um mecanismo de controle não-eleitoral com ferramentas institucionais e não institucionais baseadas na ação de cidadãos.
- (D) Os conselhos de gestão representam uma forma de *accountability vertical*, um mecanismo de controle eleitoral com ferramentas institucionais e não institucionais baseadas na ação de cidadãos.
- (E) Os conselhos de gestão representam uma forma de *accountability vertical*, um mecanismo de controle não-eleitoral com ferramentas institucionais e não institucionais baseadas na ação de cidadãos.

## Direito Constitucional

33

O Presidente da República editou quatro medidas provisórias (MPs), cada qual com o seguinte objeto: (1ª MP) autorizou que os Estados e o Distrito Federal legislassem sobre sistema de consórcios e sorteios em seu território; (2ª MP) alterou a alíquota de certo imposto de competência da União; (3ª MP) abriu créditos extraordinários ao orçamento da União, com o objetivo de atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de comoção interna; e (4ª MP) alterou as regras do processo disciplinar dos servidores públicos civis da União.

O Partido Político Alfa, insatisfeito com a edição das medidas provisórias, consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade formal desses diplomas normativos com a ordem constitucional, considerando o objeto de cada qual.

O advogado, abstendo-se de considerações em torno de sua relevância e urgência, respondeu corretamente que, sob a ótica formal,

- (A) apenas a 2ª, a 3ª e a 4ª medidas provisórias são constitucionais.
- (B) apenas a 1ª e a 4ª medidas provisórias são constitucionais.
- (C) apenas a 2ª e a 3ª medidas provisórias são constitucionais.
- (D) todas as medidas provisórias são constitucionais.
- (E) apenas a 2ª medida provisória é constitucional.

**34**

Determinado diploma normativo editado pela União dispôs que era vedada a adesão, a certo regime tributário diferenciado, pela microempresa e pela empresa de pequeno porte que possuíssem débito com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal.

Irresignado com o teor desse diploma normativo, o Partido Político Alfa, que defendia, como principal ideologia, o liberalismo econômico, consultou um advogado a respeito de sua compatibilidade com os princípios gerais da atividade econômica consagrados na Constituição da República de 1988.

O advogado respondeu corretamente a Alfa que a parte do diploma normativo descrita na narrativa é

- (A) inconstitucional, pois configura verdadeira “sanção política”, tratando-se de meio indireto de cobrança de tributos que afronta a igualdade que deve caracterizar a exploração da atividade econômica.
- (B) inconstitucional, pois é ilícita a imposição de qualquer restrição ou condicionamento ao exercício da atividade econômica, além daquelas expressamente previstas na ordem constitucional.
- (C) inconstitucional, pois a ordem constitucional assegura o tratamento diferenciado das empresas de pequeno porte que tenham sua sede e administração no País, as quais devem ser excluídas do alcance do diploma normativo.
- (D) constitucional, pois o exercício da atividade econômica por operadores privados sempre pressupõe autorização do Poder Público, logo, não há óbice em restringir benefícios ao seu exercício nas hipóteses de afronta à juridicidade.
- (E) constitucional, pois, longe de afrontar a livre concorrência, impede que pessoas jurídicas que infrinjam as leis fiscais possam se beneficiar de um regime tributário diferenciado, o que lhes daria melhores condições de atuar no mercado.

**35**

Joana, estudante de direito, solicitou que Ana, sua colega, lhe explicasse algumas características das competências recursais do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com Ana:

1. os recursos de competência do Supremo Tribunal Federal são apenas os de fundamentação vinculada;
2. nenhuma sentença proferida por órgão jurisdicional de primeira instância pode ser objeto de recurso a ser julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal; e
3. acórdãos proferidos pelos Tribunais Superiores não podem ser objeto de recurso direcionado ao Supremo Tribunal Federal.

Clovis, professor de Direito Constitucional, ao ouvir as afirmações de Ana, concluiu corretamente que

- (A) todas estão certas.
- (B) todas estão erradas.
- (C) apenas a informação 2 está errada.
- (D) apenas as afirmações 2 e 3 estão erradas.
- (E) apenas as afirmações 1 e 3 estão erradas.

**36**

O Chefe do Poder Executivo do Município Alfa foi informado por sua assessoria a respeito da necessidade de ser encaminhada a prestação de contas anual ao Tribunal de Contas.

Ao questionar sua assessoria a respeito do papel desempenhado pelo Tribunal de Contas na análise das contas apresentadas, foi-lhe corretamente informado que esse órgão deve

- (A) julgar as contas, quer sejam de gestão, quer de governo, sendo cabível recurso para a Câmara Municipal de Alfa.
- (B) apenas emitir parecer em relação às contas de governo e às contas de gestão, sendo que a Câmara Municipal de Alfa somente poderá rejeitá-lo pelo voto de dois terços dos seus membros.
- (C) julgar as contas de governo e emitir parecer prévio em relação às contas de gestão, não estando a Câmara Municipal de Alfa vinculada a este último, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo livremente.
- (D) julgar as contas de gestão e emitir parecer prévio em relação às contas de governo, sendo que a Câmara Municipal de Alfa somente poderá rejeitar este último pelo voto de três quintos dos seus membros.
- (E) julgar as contas de gestão e emitir parecer prévio em relação às contas de governo, sendo que a Câmara Municipal de Alfa somente poderá rejeitar este último pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.

**37**

Maria, estudante de Direito, questionou um professor a respeito da possibilidade de órgãos ou entidades da administração pública virem a ter subsidiárias, visando ao melhor cumprimento dos objetivos a que se destinam.

O professor respondeu corretamente que

- (A) somente a lei pode criar subsidiárias de órgãos ou entidades da administração pública.
- (B) somente a lei pode autorizar a criação de subsidiárias por órgãos ou entidades da administração pública.
- (C) a lei pode criar uma subsidiária de empresa pública, sendo que ambas integrarão a administração pública indireta.
- (D) a lei pode autorizar a criação de subsidiária de sociedade de economia mista, sendo que aquela não integrará a administração pública indireta.
- (E) as subsidiárias, antes da administração pública indireta, podem ser criadas a partir de autorização legal e estão sujeitas aos princípios regentes da administração pública.

38

O Município Alfa, situado em localidade bucólica e muito procurado por pessoas que almejavam se afastar da agitação dos centros urbanos, editou a Lei nº XX. Esse diploma normativo estabeleceu a vedação de que correspondências fossem distribuídas e entregues nos horários que indicou, nos quais, conforme fora apurado em audiências públicas, grande parte dos munícipes preferia não ser incomodada. Em caso de descumprimento da vedação, seria aplicada a penalidade de multa e, na hipótese de reincidência, a de cassação do alvará.

Irresignada com o teor da Lei nº XX, uma associação comercial situada no Município Alfa consultou um advogado a respeito de sua compatibilidade formal com a Constituição da República, sendo-lhe corretamente respondido que o referido diploma normativo é

- (A) constitucional, pois o Município Alfa pode suplementar as normas editadas pela União e pelo Estado em matéria de proteção ao consumidor.
- (B) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre o exercício de atividade econômica.
- (C) constitucional, pois trata de matéria tipicamente local, de competência legislativa do Município Alfa.
- (D) constitucional, pois é competência comum de todos os entes federativos zelar pela proteção à saúde.
- (E) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre serviço postal.

39

João, filiado ao Partido Político Alfa, foi eleito Deputado Federal. Logo após a proclamação dos eleitos, tomou conhecimento de que Alfa não alcançara a denominada “cláusula de desempenho”, prevista na Constituição da República de 1988. Preocupado com este fato, consultou um advogado a respeito da possibilidade de, após a sua posse, se desligar de Alfa e se filiar a outro partido político que tenha atingido a cláusula de desempenho, mas preservando o mandato obtido.

O advogado respondeu corretamente que o objetivo alvitrado por João

- (A) é amparado pela ordem constitucional, mas a nova filiação não será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.
- (B) não é amparado pela ordem constitucional, salvo se o não atingimento da “cláusula de desempenho” configurar justa causa, prevista em lei, o que permitirá o desligamento independente da aquiescência de Alfa.
- (C) é amparado pela ordem constitucional, desde que haja anuência de Alfa, e a nova filiação será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.
- (D) não é amparado pela ordem constitucional, pois, nas eleições proporcionais, o mandato é outorgado ao partido político, não ao candidato eleito, o que impede a filiação a novo partido político sem a perda do mandato.
- (E) não é amparado pela ordem constitucional, pois o não atingimento da “cláusula de desempenho” somente produz efeitos em relação ao funcionamento parlamentar na Casa legislativa, não tendo relação com o mandato de João.

## Direito Administrativo

40

Em junho de 2020, João, ex-Secretário Estadual de Fazenda, foi condenado, com trânsito em julgado, pela prática de ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, por ter, culposamente, concedido benefício administrativo ao particular Antônio, sem a observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

Em janeiro de 2023, no bojo de processo de cumprimento de sentença, João alegou que as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa devem retroagir, pois não existe mais ato de improbidade culposo.

No caso em tela, de acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a tese de João

- (A) não merece prosperar, pois exclusivamente os atos previstos na Lei de Improbidade que causam prejuízo ao erário ainda são puníveis na modalidade culposa.
- (B) não merece prosperar, pois a norma benéfica que revogou a modalidade culposa do ato de improbidade administrativa é irretroativa para os processos de execução das penas, pela eficácia da coisa julgada.
- (C) merece prosperar, pela aplicação do princípio da retroatividade da lei mais benéfica em matéria de direito sancionador, diante da indisponibilidade dos bens jurídicos tutelados pela lei de improbidade administrativa.
- (D) não merece prosperar, pelo princípio *tempus regit actum*, aplicando-se a regra da irretroatividade da lei e a preservação dos atos jurídicos perfeitos, seja para os processos de conhecimento em andamento, seja para os casos em que já houve trânsito em julgado.
- (E) merece prosperar, pelo princípio do *in dubio pro reo* que orienta a aplicação de normas relativas ao direito administrativo sancionador, haja vista que a nova lei dispõe que se aplicam ao sistema da improbidade os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

41

Em relação à delegação e à avocação da competência administrativa, de acordo com a Doutrina de Direito Administrativo e a Lei nº 9.784/99, é correto afirmar que

- (A) a competência administrativa não pode ser objeto de delegação, mas pode ser de avocação.
- (B) a competência administrativa é renunciável nos casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- (C) a delegação não precisa ser específica, se admitindo a delegação genérica, desde que haja a devida publicação do ato no diário oficial.
- (D) podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- (E) não há, necessariamente, relação de verticalidade na delegação, mas o há na avocação, pois a lei estabelece a possibilidade de avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

42

O Município Alfa pretende delegar, por lei, à sociedade de economia mista municipal Beta, empresa estatal municipal de capital social majoritariamente público, que presta exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, o poder de polícia de trânsito, inclusive quanto à aplicação de multas, em razão das atividades de policiamento do trânsito na cidade Alfa.

No caso em tela, de acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a delegação pretendida é

- (A) constitucional, pois os atos de consentimento, de fiscalização e de aplicação de sanções podem ser delegados à estatal municipal Beta, por meio de lei.
- (B) constitucional, pois todas as fases do ciclo de polícia, inclusive a fase da ordem de polícia, podem ser delegadas a quaisquer entidades da administração indireta, em razão da supremacia do interesse público.
- (C) inconstitucional, pois nenhuma fase do ciclo de polícia pode ser objeto de delegação à pessoa jurídica de direito privado e eventual lei que assim dispuser será considerada inconstitucional.
- (D) inconstitucional, pois as fases do ciclo de polícia de atos de consentimento, de fiscalização e de aplicação de sanções não podem ser delegados à estatal Beta, que possui um regime jurídico complementemente diverso daquele aplicável à Fazenda Pública.
- (E) constitucional, apenas se a delegação ocorrer por meio de emenda à Lei Orgânica Municipal, que pode promover legitimamente a delegação de todas as fases do ciclo de polícia à pessoa jurídica de direito privado integrante da administração indireta municipal.

43

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro estabelece que as autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.

Neste contexto, de acordo com o citado diploma legal,

- (A) tais instrumentos terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão.
- (B) tais instrumentos terão caráter de recomendação em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, pelo prazo de 5 (cinco) anos, salvo se em prazo inferior houver revisão.
- (C) a decisão em processo administrativo não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.
- (D) a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, não poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, mas será objeto de ampla publicidade após a elaboração dos atos.
- (E) a revisão, na esfera administrativa, quanto à validade de ato cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais atuais, e não as da época, sendo permitido que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

44

O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos tem caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Nesse contexto, de acordo com o atual texto da Constituição da República, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado

- (A) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, necessariamente aos 70 (setenta) anos de idade, na forma de lei complementar.
- (B) por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando suscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas anuais para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
- (C) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, bem como observada a idade de 65 (sessenta e cinco) anos, se homem, e 63 (sessenta e três) anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (D) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, bem como observada a idade de 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se mulher.
- (E) no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

45

O tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização.

Em tema de requisitos para o tratamento de dados pessoais, segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado em algumas hipóteses.

Essas hipóteses são apresentadas nas opções a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.
- (B) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- (C) Realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- (D) Tutela da saúde em sentido amplo, sem exclusivamente em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.
- (E) Necessidade para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.

46

A Lei Complementar nº 741/2019 do Estado de Santa Catarina dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

Em matéria de estrutura organizacional do citado ente federativo, de acordo com a mencionada lei, a Controladoria-Geral do Estado (CGE) faz parte do(a)

- (A) Gabinete do Vice-Governador do Estado.
- (B) Gabinete do Governador do Estado.
- (C) Procuradoria-Geral do Estado
- (D) Auditoria-Geral do Estado.
- (E) Conselho de Governo.

## Administração Financeira e Orçamentária

47

Em uma entidade do setor público, os créditos referentes à dívida ativa devem ser inicialmente registrados

- (A) no Ativo circulante.
- (B) no Passivo circulante.
- (C) no Ativo não circulante.
- (D) na Variação patrimonial.
- (E) no Passivo não circulante.

48

Em uma entidade do setor público, as despesas orçamentárias relacionadas a *serviços de consultoria* e a *planejamento e execução de obras* são classificadas, respectivamente, como

- (A) investimentos e investimentos.
- (B) outras despesas correntes e investimentos.
- (C) inversões financeiras e inversões financeiras.
- (D) outras despesas correntes e inversões financeiras.
- (E) outras despesas correntes e outras despesas correntes.

49

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as receitas correntes intraorçamentárias e as receitas de capital intraorçamentárias foram incluídas nas categorias econômicas da receita corrente e de receita de capital, com a finalidade de

- (A) criar novas categorias econômicas de receita corrente e de receita de capital.
- (B) evitar a dupla contagem dos valores financeiros objeto de operações intraorçamentárias na consolidação das contas públicas.
- (C) representar a contrapartida das despesas classificadas como inversões financeiras.
- (D) diferenciar a destinação das multas da dívida ativa da destinação dos juros de mora da dívida ativa.
- (E) registrar as operações realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública que integram o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social de entes federativos distintos.

50

Com relação à dedução de receita orçamentária, considere os itens a seguir:

- I. Renúncia de receita orçamentária.
- II. Restituição de receitas recebidas a maior ou indevidamente.
- III. Recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertencem a outro ente, de acordo com a legislação vigente.

No âmbito da administração pública, e salvo a existência de determinação legal contrária, a dedução de receita orçamentária é o procedimento padrão a ser usado em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

51

De acordo com a Lei nº 10.180/2001, o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas socioeconômicas.

Integram o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como órgão central, os órgãos setoriais e os órgãos específicos.

Em relação aos órgãos setoriais e específicos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os órgãos setoriais e específicos ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.
- (B) Os órgãos setoriais são aqueles vinculados ou subordinados ao órgão central do Sistema, cuja missão está voltada para as atividades de planejamento e orçamento.
- (C) Os órgãos específicos são as unidades de planejamento e orçamento dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.
- (D) O órgão setorial da Casa Civil da Presidência da República tem como área de atuação todos os órgãos integrantes da Presidência da República, ressalvados outros determinados em legislação específica.
- (E) As unidades de planejamento e orçamento das entidades vinculadas aos Ministérios e órgãos setoriais ficam sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica exclusiva do respectivo órgão setorial.

52

Os procedimentos previstos na Lei nº 12.527/2011 destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os seguintes princípios básicos da Administração Pública e diretrizes, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Desenvolvimento do controle social da Administração Pública.
- (B) Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
- (C) Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública.
- (D) Uso de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
- (E) Divulgação de informações de interesse público condicionada à solicitação de requerente.

53

De acordo com a Lei nº 12.527/2011, a pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto na Lei estará sujeita a sanções.

Assegurado o direito de defesa do interessado, as sanções representadas por advertência e rescisão do vínculo com o poder público poderão ser aplicadas juntamente com

- (A) multa.
- (B) reclusão.
- (C) suspensão temporária de participar em licitação.
- (D) impedimento de contratar com a Administração Pública.
- (E) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

## Administração Pública e Políticas Públicas

54

Avalie se as afirmativas a seguir estão em consonância com os princípios fundamentais da Administração Pública:

- I. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal, de modo que é lícito fazer tudo que a lei não proíbe.
- II. Os atos dos funcionários públicos são sempre imputados ao órgão para o qual oficiam, de forma que o ato de um agente é na verdade o ato de um órgão.
- III. Todo ato administrativo deve ser publicado, com exceção dos que possuem sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou de interesse superior da Administração, conforme previstos na lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

55

Primeira das funções administrativas, o planejamento é um processo de estabelecer objetivos e definir a maneira como alcançá-los. Como principal decorrência do planejamento estão os planos, que facilitam a organização para alcançar suas metas e objetivos.

Com relação aos planos, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Servem para segregar os vários objetivos a serem alcançados em um esquema organizacional que proporciona coordenação e integração.
- ( ) Definem os recursos necessários para alcançar os objetivos organizacionais.
- ( ) Permitem que as pessoas trabalhem em diferentes atividades consistentes com os objetivos definidos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) V, F e F.
- (C) F, V e V.
- (D) V, V e F.
- (E) V, F e V.

56

A abordagem administrativa da gestão de processos é também conhecida como abordagem sistêmica para gestão das organizações, baseando-se na Teoria Geral dos Sistemas (TGS). A TGS surgiu como uma crítica à abordagem científica e reducionista, predominante na época, que reduzia as entidades para o estudo individual de suas propriedades e de suas partes ou elementos.

No vocabulário técnico da gestão de processos, a declaração de políticas e práticas que determinam o que é possível, desejável ou mesmo impossível na operação do negócio, é denominada

- (A) evento de negócio.
- (B) regra de negócio.
- (C) escopo do processo.
- (D) fluxo do trabalho do processo.
- (E) transação de negócio.

57

Nos últimos anos, mudanças significativas nos padrões de vida, comportamentos e expectativas têm produzido um pronunciado efeito no comportamento das pessoas nas organizações. A consequência desse processo evolutivo é a constante evolução e adequação das estruturas de gestão, que, cada vez mais, acontecem de forma mais rápida, muito em função das necessidades de mudança provocadas pelos ambientes nos quais as organizações estão inseridas.

Sobre a gestão de projetos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O patrocinador do projeto é responsável pela ligação entre estruturas internas e externas do projeto.
- II. O gerente do projeto é um membro da alta gerência da organização que tem interesse real e autoriza formalmente o projeto.
- III. Muitas estruturas externas são formadas por circunstâncias que escapam ao controle do gerente do projeto.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

58

O processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como ciclo de políticas públicas. Este é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes.

Relacione as fases do ciclo de políticas públicas com suas respectivas definições.

1. Formação da Agenda
  2. Tomada de Decisão
  3. Avaliação da política pública
- ( ) Processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática.
- ( ) Conjunto de problemas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública.
- ( ) Momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções de enfrentamento de um problema público são explicitadas.

Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada.

- (A) 3, 1 e 2.  
(B) 3, 2 e 1.  
(C) 2, 1 e 3.  
(D) 1, 3 e 2.  
(E) 1, 2 e 3.

59

A avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento-chave para a produção de *feedback* sobre as fases antecedentes.

Com relação à avaliação de políticas públicas, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões (*performance standards*).
- ( ) O critério da eficiência administrativa corresponde ao nível de conformidade (*compliance*) da implementação a regras preestabelecidas.
- ( ) O critério de produtividade corresponde aos resultados sociais (*outcomes*) com a redução do problema e a geração de valor para a população.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.  
(B) F, V e V.  
(C) V, F e F.  
(D) V, V e F.  
(E) V, F e V.

60

Pesquisas internacionais indicam que o fim da impunidade é uma medida necessária para acabar com o círculo vicioso de corrupção nas esferas privada e pública. Recentemente, promotores do Ministério Público Federal elaboraram as “10 Medidas Contra a Corrupção”, uma proposta para endurecer o sistema punitivo de crimes contra a Administração Pública, a criminalização do caixa 2 nas campanhas eleitorais, a punição contra juízes e promotores que cometerem ilícitos, entre outras medidas.

Sobre os fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas, analise os itens a seguir.

- I. A independência funcional perante os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário permite que o Ministério Público possa servir como guardião do correto funcionamento da Administração Pública e da Justiça.
- II. A mídia exerce papel de controle sobre a esfera política e a atuação da Administração Pública, realizando jornalismo investigativo, denunciando corrupção e apontando as melhores práticas.
- III. Implícita na visão weberiana está a interpretação de que o trabalho do burocrata deve ter suma discricionariedade, de forma a evitar corrupção, favoritismos ou desvirtuamentos dos interesses coletivos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.  
(B) I e II, apenas.  
(C) I e III, apenas.  
(D) III, apenas.  
(E) I, apenas.

## Prova Discursiva (Redação)

Atualmente, é mais do que comum ver em manchetes de revistas e jornais que a polícia conseguiu prender mais uma quadrilha de sonegadores fiscais. O crime de sonegação fiscal, previsto na Lei 8.137/90, é um dos crimes que afeta o Estado de forma mais drástica, uma vez que o dinheiro que deixou de ser arrecadado seria utilizado na realização de projetos sociais e outras finalidades do Estado. Segundo o art. 3º do CTN, *“tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”*.

O bem jurídico tutelado nos crimes de sonegação fiscal é a arrecadação tributária, sendo o sujeito ativo nesses crimes, em regra, o contribuinte ou o responsável (caso a lei preveja substituição tributária), podendo, excepcionalmente, ser qualquer pessoa, como nos casos do art. 2º, III e V da Lei 8.137/90. O sujeito passivo será sempre um dos entes da Federação (União Federal, estados, municípios ou Distrito Federal).

(Jus.com.br)

Nesse segmento textual há uma referência a um dos problemas brasileiros mais graves: a sonegação fiscal, com reflexos em quase todas as áreas da vida nacional.

**Num texto dissertativo-argumentativo, em língua culta, de 40 a 60 linhas, expresse sua visão do problema, mostrando a sua gravidade e as medidas que podem ser tomadas para reduzi-lo.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60





Realização



# **AUDITOR DO ESTADO - DIREITO**

**TIPO 1 – BRANCA**



## **SUA PROVA**

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas de **Conhecimentos Específicos**, você receberá do fiscal de prova o cartão de resposta.



## **TEMPO**

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



## **NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



## **INFORMAÇÕES GERAIS**

- Transcreva a frase abaixo para o espaço reservado na folha de respostas das questões objetivas, utilizando sua caligrafia usual.

### **Quem canta seus males espanta**

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**



## Módulo de Conhecimentos Específicos

1

Em matéria de responsabilização na esfera judicial, em razão da prática de atos lesivos à administração pública estadual tipificados na Lei Anticorrupção, o Estado Alfa poderá ajuizar ação com vistas à aplicação de diversas sanções às pessoas jurídicas infratoras.

De acordo com a Lei nº 12.846/2013, uma dessas possíveis sanções é a(o)

- (A) dissolução compulsória da pessoa jurídica.
- (B) suspensão, vedada a interdição, parcial de suas atividades.
- (C) suspensão dos direitos políticos dos sócios administradores por até 8 (oito) anos.
- (D) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito diretamente, mas não indiretamente, obtidos da infração, independentemente do direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.
- (E) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 8 (oito) anos.

2

O Ministério Público, em novembro de 2022, ajuizou ação de improbidade administrativa em face de João, ex-Governador do Estado Beta, imputando-lhe a prática de ato doloso de improbidade que causou prejuízo ao erário, ocorrido à época em que João chefiava o Executivo estadual.

Ao ser citado em dezembro de 2022, João, mesmo não sendo mais agente público, procurou a advocacia pública estadual, solicitando que a assessoria jurídica que emitiu parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados por João, que ora são indicados como atos ímprobos pelo MP, fizesse sua defesa judicial na ação de improbidade.

No caso em tela, a advocacia pública estadual deve observar o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a norma que

- (A) obriga a citada assessoria jurídica a defender João foi declarada parcialmente inconstitucional, com redução de texto, de maneira que não existe obrigatoriedade de defesa judicial, mas permite-se essa atuação desde que haja autorização por lei específica.
- (B) obriga a citada assessoria jurídica a defender João foi declarada integralmente inconstitucional, pois viola o princípio da moralidade qualquer tipo de defesa judicial de ex-agente público por parte de órgão público.
- (C) foi inserida recentemente na Lei de Improbidade, estabelecendo a obrigatoriedade da citada assessoria jurídica de defender João, é constitucional e tem por objetivo evitar o que a doutrina denomina de “apagão das canetas”.
- (D) foi inserida recentemente na Lei de Improbidade, estabelecendo a obrigatoriedade da citada assessoria jurídica de defender João, é constitucional, com base no princípio da intrascendência subjetiva das sanções.
- (E) obriga a citada assessoria jurídica a defender João foi declarada integralmente inconstitucional, pois qualquer tipo de defesa judicial de ex-agente público por parte de órgão da advocacia pública viola sua predestinação constitucional, enquanto função essencial à Justiça, para defender os interesses do ente federativo.

3

De acordo com o texto do Decreto regulamentador de dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB (Decreto nº 9.830/2019), poderá ser celebrado entre os agentes públicos e os órgãos de controle interno da administração pública com a finalidade de corrigir falhas apontadas em ações de controle, aprimorar procedimentos, assegurar a continuidade da execução do objeto, sempre que possível, e garantir o atendimento do interesse geral,

- (A) o termo de ajustamento de conduta.
- (B) o termo de ajustamento de gestão.
- (C) o compromisso administrativo.
- (D) a compensação administrativa.
- (E) o termo de cooperação.

4

O Decreto nº 5.687/2006, que promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, dispõe que cada Estado Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, garantirá a existência de um ou mais órgãos encarregados de prevenir a corrupção.

Neste contexto, de acordo com a citada Convenção, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O(s) órgão(s) de prevenção à corrupção deve(m) adotar medidas como o aumento e a difusão dos conhecimentos em matéria de prevenção da corrupção.
- (B) Cada Estado Parte comunicará ao Secretário Geral das Nações Unidas o nome e a direção da(s) autoridade(s) que possa(m) ajudar a outros Estados Partes a formular e aplicar medidas concretas de prevenção da corrupção.
- (C) O(s) órgão(s) de prevenção à corrupção deve(m) submeter suas ações e programas previamente a órgão judicial, para ampliar o debate e a legitimidade da política pública de combate à corrupção.
- (D) Cada Estado Parte deve proporcionar ao órgão ou aos órgãos de prevenção à corrupção os recursos materiais e o pessoal especializado que sejam necessários, assim como a capacitação que tal pessoal possa requerer para o desempenho de suas funções.
- (E) Cada Estado Parte outorgará ao órgão ou aos órgãos de prevenção à corrupção a independência necessária, de conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, para que possam desempenhar suas funções de maneira eficaz e sem nenhuma influência indevida.

5

A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, internalizada por meio do Decreto nº 5.015/2004, tem por objetivo promover a cooperação para prevenir e combater mais eficazmente a criminalidade organizada transnacional.

Nesse contexto, de acordo com a mencionada convenção, em matéria de medidas para combater a lavagem de dinheiro, cada Estado Parte garantirá que as autoridades responsáveis pela administração, regulamentação, detecção e repressão e outras autoridades responsáveis pelo combate à lavagem de dinheiro, em conformidade com as condições prescritas no direito interno, tenham a capacidade de

- (A) colaborar internamente, visando à troca de informações em âmbito nacional para combate a atividades de lavagem de dinheiro, vedado o compartilhamento de provas em nível internacional, exceto se previamente autorizado pela maioria absoluta da Assembleia Geral da ONU.
- (B) aplicar medidas viáveis para detectar e vigiar o movimento transfronteiriço de numerário e de títulos negociáveis, no respeito pelas garantias relativas à legítima utilização da informação, proibida a inclusão de exigência de que os particulares e as entidades comerciais notifiquem as transferências transfronteiriças de quantias elevadas em numerário e títulos negociáveis.
- (C) instituir um regime interno completo de regulamentação e controle dos bancos e instituições financeiras não bancárias, a fim de prevenir e detectar qualquer forma de lavagem de dinheiro, sendo vedado serem enfatizados os requisitos relativos à identificação do cliente, ao registro das operações e à denúncia de operações suspeitas.
- (D) instituir um regime interno completo de regulamentação e controle dos bancos e instituições financeiras não bancárias, a fim de prevenir e detectar qualquer forma de lavagem de dinheiro, sendo permitido serem enfatizados os requisitos relativos ao registro das operações e à denúncia de operações suspeitas, mas vedados os relacionados à identificação do cliente.
- (E) cooperar e trocar informações em âmbito nacional e internacional, e, para esse fim, considerará a possibilidade de criar um serviço de informação financeira que funcione como centro nacional de coleta, análise e difusão de informação relativa a eventuais atividades de lavagem de dinheiro.

6

De acordo com a Convenção Interamericana contra a Corrupção (Decreto nº 4.410/2002), em matéria de efeitos sobre o patrimônio do Estado, para os fins desta Convenção,

- (A) aos Estados Partes convém considerar a aplicabilidade de medidas, em seus próprios sistemas institucionais, destinadas a criar, manter e fortalecer sistemas para proteger funcionários públicos e cidadãos particulares que denunciarem, ainda que de má-fé, atos de corrupção.
- (B) todos os bens ou produtos obtidos ou provenientes da prática de atos de corrupção serão perdidos em favor do Município ou Província onde houver sido praticado o ato ilícito.
- (C) os responsáveis por atos de corrupção, após o trânsito em julgado de processo judicial, deverão ressarcir o erário com, ao menos, o valor do dobro do dano ao erário, incluídos os valores de eventuais multas previstas na legislação interna.
- (D) não será exigível que os atos de corrupção nela descritos produzam prejuízo patrimonial para o Estado.
- (E) os bens ou produtos obtidos ou provenientes da prática de atos de corrupção não poderão ser transferidos, total ou parcialmente, para outro Estado Parte, ainda que tenha prestado assistência na investigação ou nas diligências judiciais conexas.

7

A Lei nº 12.850/2013 define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal.

De acordo com a citada lei, em matéria de colaboração premiada, o juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos resultados indicados na lei.

Assinale a alternativa que **não** contém um desses resultados.

- (A) A localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.
- (B) A prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa.
- (C) A revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa.
- (D) A identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas.
- (E) A recuperação total do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa, vedada a concessão do benefício no caso de recuperação parcial.

**8**

De acordo com a Lei dos crimes de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998), em tema de responsabilidade administrativa, às pessoas sujeitas ao mecanismo de controle previsto nesta lei, bem como aos administradores das pessoas jurídicas, que deixem de cumprir as obrigações previstas nos artigos 10 e 11 da citada lei (identificação dos clientes e manutenção de registros, bem como comunicação de operações financeiras), serão aplicadas, cumulativamente ou não, pelas autoridades competentes, algumas sanções, como

- (A) multa pecuniária variável não superior ao valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- (B) cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.
- (C) suspensão dos direitos políticos dos administradores das pessoas jurídicas sujeitas ao mecanismo de controle previsto na lei, pelo prazo de até 8 (oito) anos.
- (D) inabilitação temporária, pelo prazo de até 3 (três) anos, para o exercício do cargo de administrador das pessoas jurídicas sujeitas ao mecanismo de controle previsto na lei.
- (E) proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 8 (oito) anos.

**9**

A Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) estabelece que a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo.

Nesse contexto, de acordo com a citada lei, o acordo de leniência somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, alguns requisitos, como aquele que prevê que a pessoa jurídica

- (A) cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo.
- (B) se comprometa a não se envolver em novos atos lesivos à Administração Pública pelo prazo de 12 (doze) anos, contados da assinatura do acordo.
- (C) confesse sua participação no ilícito e compareça, com custas pagas pelo poder público, a todos os atos processuais, até seu encerramento.
- (D) admita sua participação no ilícito e coopere, ainda que parcialmente, com as investigações e o processo administrativo.
- (E) demita todos os funcionários envolvidos nos atos lesivos à Administração Pública e seja obrigada a implementar, em 180 (cento e oitenta) dias, programa de integridade.

**10**

De acordo com a atual redação da Lei de Improbidade Administrativa, em matéria de consensualidade no direito sancionador, o acordo de não persecução civil

- (A) deverá incluir, obrigatoriamente, a sanção de perda da função pública do servidor público que praticou o ato ímprobo.
- (B) deverá incluir, ao menos, uma das sanções pessoais previstas na Lei de Improbidade, prescindindo do integral ressarcimento do dano.
- (C) poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória.
- (D) poderá ser celebrado pelo Ministério Público, independentemente da oitiva do ente federativo lesado, e os valores recuperados pelo ressarcimento ao erário deverão ser utilizados em políticas públicas de combate à corrupção.
- (E) poderá ser celebrado pelo Ministério Público, mediante indispensável homologação judicial, apenas quando o acordo ocorrer depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

**11**

Manoel, 17 anos de idade, mora com a sua avó materna no município de Lajes, Santa Catarina, onde cursa o ensino médio. Seus pais, que são divorciados, moram em Correia Pinto, SC. Os pais nunca foram destituídos do poder familiar, sendo que a mãe de Manoel deseja emancipá-lo.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A emancipação pode ser feita por manifestação de vontade de um dos genitores, desde haja concordância expressa do emancipado.
- (B) Somente a avó, que tem a guarda de fato do menor, possui legitimidade para emancipação.
- (C) Como a guardiã de fato não é genitora do menor, a emancipação depende de decisão judicial, sendo ouvido o emancipado.
- (D) A emancipação de Manoel deve ser feita por concessão dos pais mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- (E) Na situação narrada, somente pelo casamento poderia haver a emancipação de Manoel.

**12**

A Sociedade Ômicron Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda., nos últimos cinco anos, transferiu ativos para seus dois únicos sócios, sem nenhuma espécie de contraprestação. A transferência corresponde a setenta e cinco por cento do patrimônio líquido da sociedade, o que conduziu à inadimplência de diversas obrigações, incluindo um contrato de mútuo bancário.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A transferência de ativos da Sociedade Ômicron para seus sócios sem efetiva contraprestações caracteriza confusão patrimonial para fins de desconsideração da personalidade jurídica.
- (B) O Código Civil brasileiro adota a teoria maior para fins de desconsideração da personalidade jurídica, que pode ser reconhecida de ofício pelo juiz no caso hipotético do enunciado.
- (C) A desconsideração da personalidade jurídica no caso da sociedade Ômicron depende da existência de grupo econômico.
- (D) A desconsideração da personalidade jurídica não se aplica aos contratos bancários, visto que a sociedade é considerada vulnerável juridicamente.
- (E) Em caso de abuso da personalidade jurídica, o credor poderá requerer a desconsideração da personalidade jurídica, que atingirá, se decretada judicialmente, a todas as obrigações da sociedade, inclusive, as vincendas.

**13**

Manoela, 83 anos de idade, capaz e lúcida, adquiriu um vasto patrimônio em virtude do falecimento de seu marido, ocorrido no ano passado. Sem nenhuma experiência no mercado imobiliário, confiando em seu neto, adquiriu um terreno em sua cidade, pagando cinco vezes acima do preço real do bem. O imóvel era da propriedade da namorada do neto.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O negócio jurídico é válido, pois Manoela é capaz e lúcida.
- (B) O negócio jurídico é nulo, em virtude do dolo de terceiros.
- (C) O negócio jurídico é anulável, pois o negócio jurídico descrito no enunciado é viciado devido à lesão.
- (D) O negócio jurídico é nulo, pois o negócio jurídico realizado por Manoela foi simulado.
- (E) O negócio jurídico é anulável, em virtude do erro essencial.

**14**

J.M., 7 anos, reside com a sua mãe, que tem a sua guarda. Nos últimos três meses, seu pai, que detém o poder familiar, deixou de pagar voluntariamente a pensão alimentícia.

A respeito do tema prescrição e decadência, assinale a afirmativa correta.

- (A) O direito de reclamar alimentos familiares é imprescritível, portanto, poderá J.M. a qualquer tempo exigir de seu pai os alimentos devidos nos últimos três meses.
- (B) No caso narrado, os alimentos devidos vencidos e não pagos prescrevem em dois anos a contar da inadimplência.
- (C) No caso narrado, corre a prescrição pois, inobstante a menoridade de J.M., ele é representado por sua genitora.
- (D) No caso narrado, os alimentos devidos, vencidos e não pagos prescrevem em cinco anos a contar da inadimplência.
- (E) Não corre prescrição entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar e também não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes, portanto, no caso de J.M., a contagem do prazo inicial ainda não se iniciou.

**15**

A Sociedade Ativos e Passivos Gestão Financeira S.A. adquiriu a carteira de créditos de uma determinada Administradora de Cartão de Crédito. Diante do alto índice de inadimplência, a Sociedade promoveu ação de cobrança diante de diversos consumidores do cartão de crédito. Vários réus alegaram basicamente a inexistência de relação contratual entre eles e a Sociedade.

A respeito do tema cessão de crédito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Por força legal, a cessão de crédito só se admite nos casos previstos em lei.
- (B) Salvo disposição contrária, a cessão de crédito envolve, apenas, o principal, não alcançando os acessórios.
- (C) Salvo estipulação em contrário, no caso narrado no enunciado, a Administradora de Cartão de Crédito não responde pela solvência do devedor.
- (D) É facultada a cessão de crédito a terceiro, desde que haja o consentimento expresso e escrito do devedor.
- (E) A cessão de crédito no direito brasileiro é consequência da cessão de contrato, assim, deveria a Administradora de Cartão de Crédito ter cedido o contrato específico.

**16**

Uma montadora de automóveis celebrou contrato com uma fabricante de peças prevendo a entrega mensal de certa quantia de peças, tendo o contrato prazo determinado de dois anos.

A respeito do tema de contratos em geral, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contrato celebrado pela montadora de automóveis e a fabricante de peças presume-se paritário e simétrico.
- (B) No contrato narrado, prevalecerá o princípio da intervenção média no contrato, desde que associado aos princípios da função social e à boa-fé objetiva.
- (C) Caso haja necessidade, as partes poderão requerer a revisão contratual, que será realizada de maneira geral e ilimitada.
- (D) No caso previsto no enunciado, a alocação de riscos não deve ser respeitada pelo Poder Judiciário, que tem amplo poder para modificação de cláusulas contratuais.
- (E) A liberdade contratual é ampla, não devendo ser limitada pela função social do contrato.

**17**

Adelina, 79 anos de idade, moradora e proprietária de uma unidade habitacional de um condomínio em Blumenau, SC, sofreu uma queda na área comum do condomínio em virtude de uma má conservação do piso, evidenciada pela acentuada deterioração e acúmulo excessivo de limo, circunstâncias que acabaram provocando o acidente, que causou graves lesões (fratura de fêmur e bacia) e uma demorada e dolorosa recuperação.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Adelina deverá promover ação de perdas e danos em face do síndico do Condomínio, que possui responsabilidade direta e subjetiva pelo acidente, em virtude de sua função.
- (B) O Condomínio tem responsabilidade objetiva pelo acidente, visto que ele responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.
- (C) Adelina deverá promover ação em face do Condomínio, devendo provar o dolo ou culpa do causador do dano, por força da responsabilidade subjetiva.
- (D) Inexiste responsabilidade civil do Condomínio em virtude do caso fortuito ou força maior.
- (E) Adelina tem direito apenas a dano material, visto que pelo avanço da idade inexiste o dano moral.

**18**

No mês passado, ocorreu um enorme debate na COJUR (Consultoria Jurídica) da Secretaria de Fazenda de Santa Catarina a respeito da cobrança de ICMS sobre TUST e TUSD – sistema de compensação de energia elétrica no âmbito da mini e microgeração de energia (energia solar). O debate centrou-se a respeito da natureza jurídica da energia.

Em relação ao tema Bens, é correto afirmar que as energias que tenham valor econômico são consideradas

- (A) bens públicos de uso comum do Estado gerador.
- (B) pertencças do bem imóvel principal.
- (C) fora do comércio, visto que são legalmente inalienáveis.
- (D) bens públicos dominicais do Estado gerador.
- (E) bens móveis por força da lei.

**19**

Para incentivar as atividades de inovação e os investimentos produtivos, a Lei Complementar nº 123, de 2006, admite o aporte de capital em sociedade enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, ressalvando que tal capital não integrará o capital social.

O aporte de capital poderá ser realizado por pessoa física, por pessoa jurídica ou por fundos de investimento, que serão denominados investidores-anjos.

Sobre a figura do “Investidor-anjo”, analise as afirmativas a seguir.

- I. Será remunerado por seus aportes, nos termos do contrato de participação, pelo prazo mínimo de 2 (dois) até o máximo de 10 (dez) anos.
- II. Poderá examinar, a qualquer momento, os livros, os documentos e o estado do caixa e da carteira da sociedade, exceto se houver estipulação contratual que determine época própria para isso.
- III. Não responderá por qualquer dívida da pessoa jurídica, inclusive em caso de falência ou recuperação judicial, ressalvada a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica fundada em confusão patrimonial entre ele e a sociedade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

**20**

A Companhia Abatedouro e Frigorífico Iporã do Oeste será objeto de cisão parcial do seu patrimônio para a sociedade Arvoredo Suinocultura Ltda., constituída em 2018.

Acerca desta operação e considerando as disposições da Lei nº 6.404/76 sobre ela, assinale a única afirmativa correta.

- (A) A cisão com versão de parcela de patrimônio em sociedade já existente, no caso a sociedade Arvoredo Suinocultura Ltda., obedecerá às disposições sobre constituição de subsidiária integral mediante permuta de ações.
- (B) As quotas da sociedade limitada, integralizadas com parcelas de patrimônio da companhia, serão atribuídas a seus titulares, em substituição às ações extintas, na proporção das que possuíam; a atribuição em proporção diferente requer aprovação de mais da metade dos titulares das ações atingidas, inclusive aquelas sem direito a voto.
- (C) Sem prejuízo da solidariedade entre a Companhia Abatedouro e Frigorífico Iporã do Oeste e a sociedade Arvoredo Suinocultura Ltda. pelas obrigações da primeira anteriores à cisão, a sociedade limitada sucede a companhia nos direitos e obrigações relacionados no ato da cisão.
- (D) O ato de cisão parcial poderá estipular que a sociedade Arvoredo Suinocultura Ltda. responda apenas pelas obrigações que lhes forem transferidas; nesse caso, qualquer credor anterior poderá se opor à estipulação, em relação ao seu crédito, notificando a sociedade cindida no prazo de 60 dias, contados da data da publicação dos atos da cisão.
- (E) A cisão envolvendo a Companhia Abatedouro e Frigorífico Iporã do Oeste e a sociedade Arvoredo Suinocultura Ltda. somente poderá ser efetivada se os peritos nomeados pelas assembleias atestarem que o valor do patrimônio líquido a ser vertido para a formação de capital social for, ao menos, igual a 3/4 (três quartos) do montante do capital a realizar.

**21**

Mara, solteira, promove ação de usucapião de bem imóvel em face de Olímpio, que vive em união estável com Glória pelo regime da comunhão parcial de bens, e Rodrigo, irmão de Olímpio, que se encontra preso no Complexo Penitenciário de Blumenau, Santa Catarina. A ação visa à aquisição da propriedade imobiliária de um imóvel pertencente aos réus, adquirido pela herança paterna.

A respeito do tema capacidade processual, assinale a afirmativa correta.

- (A) Glória não deverá ser citada na demanda promovida por Mara, pois vive em união estável com Olímpio, contudo, poderá ingressar em juízo na condição de assistente simples.
- (B) Rodrigo, por estar preso, necessariamente deverá ser assistido pela Defensoria Pública na qualidade de curadora especial.
- (C) Desde que comprovada nos autos a união estável, Olímpio e Glória devem ser citados na ação de usucapião de bem imóvel ajuizada por Mara.
- (D) Caso Rodrigo seja revel, o Juiz deverá nomear o membro do Ministério Público estadual como curador especial.
- (E) Não há necessidade de citação em qualquer hipótese de mera união estável, mas caso Olímpio e Glória fossem casados sob o regime da comunhão universal de bens, esta deveria ser necessariamente citada.

**22**

No julgamento de uma apelação que visava à reforma de uma sentença que julgou totalmente procedente o pedido, uma das Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Santa Catarina reconheceu o litisconsórcio passivo e necessário e a ausência de citação de um dos réus.

Com base na situação hipotética narrada, a respeito do tema litisconsórcio, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sentença de primeira instância é anulável, podendo ser convalidada pelo réu que não fora citado.
- (B) Sempre que não houver a integração do contraditório, a sentença será nula de pleno direito.
- (C) O Tribunal de Justiça de Santa Catarina deverá promover a citação do réu, devendo ingressar no processo, sendo que os atos pretéritos à decisão recursal são válidos.
- (D) No caso concreto, a sentença será obrigatoriamente ineficaz, podendo, com base na teoria da causa madura, o Tribunal julgar o mérito da ação.
- (E) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação ao réu que deveria ter integrado o processo.

**23**

Antônio promove ação de cobrança em face de Júlia, que tramita em uma das varas cíveis da comarca de Chapecó, SC. Encerrada a fase postulatória, o Juiz de Direito tem ciência, por ato do cartório, da existência de outra demanda que apresenta as mesmas partes, pedido e causa de pedir da presente demanda.

Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Na situação narrada, há litispendência, podendo o Juiz de Direito de ofício proferir sentença terminativa.
- (B) O Juiz de Direito deverá suspender o processo, intimando as partes para manifestação no prazo de quinze dias, sendo que, em caso de inércia, deverá seguir normalmente com a demanda.
- (C) Na situação narrada, de ofício, o Juiz de Direito poderá proferir sentença que gerará coisa julgada material.
- (D) O Juiz de Direito deverá extinguir o processo com resolução de mérito, julgando improcedente a ação.
- (E) O Juiz de Direito deverá suspender o processo, intimando o réu para manifestação no prazo de quinze dias, sendo que em caso de inércia, deverá proferir despacho saneador, iniciando a fase probatória.

**24**

Júlia promoveu ação judicial indenizatória em face dos pais de Antônio, absolutamente incapaz, pelos danos causados por Antônio. Durante a audiência de instrução e julgamento, com a presença de todos os advogados das partes, o juiz de direito proferiu sentença julgando improcedente o pedido de dano moral e condenando o pai de Antônio ao pagamento de dano material. No que tange à mãe de Antônio, todos os pedidos da autora foram julgados improcedentes.

Em relação ao tema recursos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente o pai de Antônio tem legitimidade para a interposição de recurso.
- (B) Na situação narrada, Júlia poderá promover agravo de instrumento com intuito de ser reconhecido o dano moral.
- (C) O Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica, nunca poderá promover recurso na situação narrada.
- (D) Caso Júlia não ingresse com a apelação, mas o pai de Antônio o faça, ela poderá utilizar do recurso adesivo.
- (E) Na situação narrada, o prazo para o recurso só começa a fluir do momento da intimação das partes por meio do diário oficial eletrônico.

**25**

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina promoveu ação de improbidade administrativa em face de um determinado secretário municipal por lesão ao erário, visando à aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa.

A respeito do tema ação de improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) O eventual pedido de indisponibilidade dos bens só poderá ser analisado no momento do pronunciamento da sentença de mérito.
- (B) O juízo competente para a ação é o foro do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada.
- (C) Da decisão que converter a ação de improbidade em ação civil pública caberá apelação.
- (D) Devido a sua natureza cível, é válida a decisão de mérito total ou parcial da ação de improbidade administrativa que condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial.
- (E) Em caso de extinção sem resolução de mérito, haverá o reexame necessário da decisão.

**26**

Marina, Letícia e Gertrudes celebram contrato de mútuo com certa instituição financeira, sendo que, de acordo com a cláusula terceira do instrumento, as devedoras são solidárias. Por questões de conveniência, a instituição financeira ajuizou ação ordinária de cobrança apenas em face de Marina e Letícia.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A denúncia da lide de Gertrudes poderá ser promovida para garantir o direito de regresso, contudo, o pedido deverá ser realizado necessariamente pelas duas réus.
- (B) Caso as réus desejem que Gertrudes integre a relação processual, deverão utilizar da assistência litisconsorcial.
- (C) O pedido deve ser julgado improcedente, pois no caso há um litisconsórcio necessário e unitário em relação as três devedoras.
- (D) Marina ou Letícia poderá utilizar do chamamento ao processo com intuito de incluir Gertrudes no polo passivo da ação.
- (E) O ingresso de Gertrudes só poderá ocorrer voluntariamente por meio de assistência simples.

**27**

Após o trânsito em julgado de uma sentença judicial, a parte sucumbente ajuizou ação rescisória no Poder Judiciário de Santa Catarina.

A respeito do tema ação rescisória, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para que ação rescisória seja conhecida, é preciso que ela tenha sido proferida até cinco anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.
- (B) A ação deve ser julgada extinta sem resolução de mérito, pois somente o Ministério Público tem legitimidade ativa para ação rescisória.
- (C) É possível, na petição inicial, a cumulação do pedido de rescisão com o de novo julgamento do processo.
- (D) O recebimento da petição inicial da ação rescisória suspende automaticamente o cumprimento da decisão rescindenda.
- (E) A ação rescisória deverá ser processada e julgada no juízo de primeira instância que proferiu a sentença.

**28**

Após processo administrativo disciplinar, servidor público efetivo do Estado de Santa Catarina sofreu pena de demissão simples. Indignado, ajuizou mandado de segurança, que foi distribuído para uma das varas de fazenda pública da comarca da Capital, SC, em face da autoridade administrativa que proferiu o ato punitivo.

A respeito do tema mandado de segurança, assinale a afirmativa correta.

- (A) Caso da decisão que proferiu a pena de demissão simples caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, a ordem não será concedida.
- (B) Proferida sentença denegando a segurança, deverá o servidor público demitido interpor recurso ordinário no Tribunal de Justiça local.
- (C) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão administrativa disciplinar, salvo em caso de incompetência absoluta.
- (D) Na hipótese da concessão da ordem, a autoridade administrativa coatora não terá direito ao recurso, sendo esse restrito à pessoa jurídica de direito público.
- (E) O direito de requerer mandado de segurança extingui-se após decorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência, pelo servidor público, do ato demissionário.

**29**

Luiza é servidora pública federal e presta seus serviços no Consulado Geral Brasileiro localizado em determinado país estrangeiro. Neste país, uma investigação concluiu que Luiza e outros trabalhadores, de diversos consulados, em conjunto, formaram organização criminosa que fraudava contratos de empresas locais com consulados, gerando prejuízo aos cofres públicos dos respectivos países.

Por tais fatos, Luiza foi condenada a uma pena de prisão, cumpriu a sentença no respectivo País, e, posteriormente, retornou ao Brasil. Os fatos relatados constituem crime perante a lei brasileira, sujeitando os infratores às penas de reclusão.

Sobre a hipótese narrada, e de acordo com o Código Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Luiza não poderá ser punida no Brasil pelos fatos praticados no estrangeiro, pois a lei penal brasileira tem uma limitação territorial, sendo inaplicável aos fatos ocorridos no exterior.
- (B) Luiza não poderá ser punida no Brasil pelos mesmos fatos, desde que Luiza postule a homologação da sentença penal estrangeira no Brasil.
- (C) Luiza poderá ser punida no Brasil em razão dos mesmos fatos praticados no exterior, desconsiderando-se as penas aplicadas pelo estado estrangeiro.
- (D) Luiza poderá ser punida no Brasil em razão dos mesmos fatos praticados no exterior, computando-se, contudo, as penas cumpridas no estrangeiro.
- (E) Luiza somente poderia ser punida no Brasil caso houvesse sido absolvida no Estado Estrangeiro, em razão dos mesmos fatos.

**30**

Arnaldo, servidor público estadual, foi condenado por um delito de furto na modalidade tentada, tendo sido condenado a uma pena de 9 (nove) meses de reclusão. De acordo com a dinâmica narrada na denúncia, Arnaldo foi flagrado no banheiro da academia de ginástica que frequenta tentando arrombar o cadeado de um armário, utilizando-se de um alicate, com o fim de subtrair o aparelho celular e a carteira de outro aluno da academia.

Com base nas informações do enunciado, são efeitos da condenação de Arnaldo

- (A) a perda do cargo público, em razão do tempo de pena aplicada.
- (B) a perda do cargo público, ante a violação de dever para com a administração pública.
- (C) a proibição de frequência à mesma academia de ginástica onde ocorreram os fatos.
- (D) a perda, em favor da União, dos instrumentos do crime.
- (E) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.

31

João é servidor público do Estado de Santa Catarina. Vendo que sua repartição conta com computadores modernos, muito valiosos no mercado, acerta com José, seu amigo, que usualmente pratica roubos e furtos (o qual se sabe já ter sido condenado, com pena extinta há um ano pelo seu cumprimento), a subtração dos referidos computadores para posterior revenda.

No dia combinado, João, valendo-se do acesso facilitado à repartição pública, ingressa no local, permite a entrada de José, e ambos subtraem, para si, cerca de 10 computadores portáteis.

Considerando a situação narrada, sobre o concurso de pessoas, assinale a afirmativa correta.

- (A) João e José deverão responder por peculato, ainda que apenas João seja servidor público, pois esta circunstância é elementar do tipo.
- (B) A circunstância de João ser servidor público é personalíssima, não podendo atingir José, que responderá por crime patrimonial comum.
- (C) De acordo com a teoria do domínio do fato, apenas João poderia ser considerado autor, pois é o único com acesso à repartição pública.
- (D) A reincidência de José, por repercutir na reprovação do ilícito, é uma circunstância objetiva, que se comunica aos demais coautores.
- (E) De acordo com a teoria monista, ainda que José não soubesse do fato de João ser servidor público, deveria responder por peculato.

32

Dispõe a Lei de Lavagem de Dinheiro que algumas pessoas, de acordo com a atividade desenvolvida, têm o dever de prestar informações aos órgãos de controle, notadamente sobre operações financeiras e dados cadastrais de clientes.

As opções a seguir apresentam pessoas ou atividades sujeitas aos mecanismos de controle impostos pela Lei nº 9.613/98, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A comercialização de bens de alto valor de origem rural ou animal ou pessoas que intermedeiem a sua comercialização.
- (B) As dependências no exterior das entidades ofereçam serviços de gestão de fundos ou valores mobiliários, relativamente a residentes no exterior, quando a matriz for no Brasil.
- (C) As filiais ou representações de entes estrangeiros que exerçam no Brasil qualquer das atividades especificadas na Lei, ainda que de forma eventual.
- (D) As empresas de arrendamento mercantil (*leasing*), as empresas de fomento comercial (*factoring*) e as Empresas Simples de Crédito (ESC).
- (E) A captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira.

33

Luís e Oscar são servidores públicos do Estado de Santa Catarina. Luís é namorado de Lúcia, por quem Oscar é, sigilosamente, apaixonado. Ocupando cargo de chefia no órgão público, Oscar descobre que há um processo administrativo de interesse de Luís. Visando prejudicar Luís, Oscar presta-lhe informações falsas sobre o procedimento administrativo em curso.

Nesse caso, é certo que a conduta de Oscar pode ser enquadrada em

- (A) abuso de autoridade.
- (B) peculato.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) prevaricação.
- (E) advocacia administrativa.

34

É sabido que foi editada uma nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21). Considerando a inovação legislativa, a jurisprudência dos Tribunais Superiores e os aspectos envolvendo lei penal no tempo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O agente que celebrou um contrato na vigência da lei anterior com indevida dispensa de licitação poderá sofrer as penas mais gravosas previstas na nova legislação, desde que o contrato irregular tenha produzido efeitos na vigência da lei nova, em razão do caráter permanente do delito.
- (B) A partir da alteração legislativa, constitui o crime de patrocínio de contratação indevida o patrocínio de interesses privados perante Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pela própria Administração.
- (C) No crime de perturbação do processo licitatório, a conduta de fraude sofreu continuidade típico-normativo, ao passo que as condutas de impedimento ou perturbação passaram a exigir a elementar de violência ou grave ameaça para configurar o ilícito penal.
- (D) Constitui causa de aumento de pena do delito de omissão grave de dado ou informação por projetista, tipo penal inserido pela Lei nº 14.133/21 sem equivalente na legislação anterior, se o ilícito for praticado com o fim de obter benefício, direto ou indireto, próprio ou de outrem.
- (E) Não se tipifica o crime de contratação inidônea, conforme a nova redação legislativa, até que haja a conclusão do processo licitatório ou de dispensa de licitação, e a efetiva celebração do contrato entre o agente declarado inidôneo e a Administração Pública.

35

Arthur é servidor público de determinado órgão da Administração Pública, quando recebe uma ligação ameaçadora, informando que sua esposa, Aline, está em poder de sequestradores, devendo Arthur praticar determinado ato administrativo, em benefício dos criminosos, sob pena de grave ofensa à integridade física de Aline. Arthur se sente ameaçado e apavorado, com justo receio pela integridade física de sua esposa.

No caso narrado, na hipótese de Arthur efetivamente praticar o ato de ofício requerido, é correto afirmar que

- (A) Arthur responderá por prevaricação caso não se comprove o efetivo risco à integridade física de Aline.
- (B) Arthur age em excludente de ilicitude, uma vez que a situação narrada representa estado de necessidade.
- (C) Arthur age em excludente de culpabilidade, uma vez que a situação narrada é de coação moral irresistível.
- (D) se Aline estiver realmente sob poder de criminosos, é o caso de coação física irresistível.
- (E) Arthur age em erro de tipo, por não saber se Aline está efetivamente sob o poder dos criminosos, excluindo-se a tipicidade.

**36**

Sobre os crimes contra as finanças públicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) O prefeito que ordenou a implantação do pagamento de adicional de tempo de serviço a servidores municipais que implementaram os requisitos legais a sua percepção no último trimestre de seu mandato deve responder por aumento de despesa total com pessoal no último ano de mandato ou legislatura.
- (B) O prefeito que autorizou a assunção de obrigação no sétimo mês antecedente ao término do seu mandato, cuja despesa não pode ser paga no mesmo exercício financeiro, sem contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa, deve responder por assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura.
- (C) O tipo penal de prestação de garantia graciosa pode ser praticado por qualquer funcionário público, e se tipifica pela concessão não onerosa de garantia, ainda que haja contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada.
- (D) O tipo penal de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar se tipifica se a conduta de ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar de despesa que não tenha sido previamente empenhada for praticada nos últimos oito meses do mandato ou legislatura.
- (E) O Prefeito que ordenou a realização de operação de crédito externo ou interno sem autorização da Assembleia Legislativa deve responder pelo delito de contratação de operação de crédito, incidindo nas mesmas penas se realizar a operação com inobservância de limite estabelecido em lei ou resolução do Senado Federal.

**37**

Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.
- (B) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.
- (C) O sistema adversarial é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.
- (D) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.
- (E) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistrado, de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.

**38**

Sobre as ações autônomas de impugnação existentes no processo penal e a atual jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em *habeas corpus*.
- (B) É cabível mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.
- (C) É nulo o julgamento de *habeas corpus*, na segunda instância ou em Tribunal Superior, sem prévia intimação ou publicação de pauta.
- (D) Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.
- (E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os *habeas corpus* decididos em última ou única instância por Tribunais de Justiça, quando concessiva a decisão.

**39**

Considerando os princípios regentes do processo penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio do Juiz Natural no âmbito do processo penal, por se correlacionar com o bem jurídico liberdade, é incompatível com a ideia de competência relativa ou prorrogação de competência.
- (B) O princípio da proibição da produção de provas contra si próprio impede a aplicação de sanção administrativa ao investigado que se recusa a se submeter a procedimento que pode, em tese, incriminá-lo.
- (C) O princípio da lealdade processual é inaplicável no processo penal, por incompatibilidade com o princípio *nemo tenetur se detegere*.
- (D) O princípio da iniciativa das partes não impede o magistrado de reconhecer, de ofício, circunstâncias que interfiram na quantidade de pena aplicada.
- (E) O princípio da ampla defesa engloba o direito à autodefesa do acusado, o que lhe assegura capacidade postulatória no âmbito do processo penal, sem prejuízo do direito à constituição de defensor técnico.

**40**

Norberto estava em viagem de férias com colegas de trabalho, em um cruzeiro pelo litoral catarinense. Quando o navio se afastou do Porto de Itajaí, navegando em alto-mar, Norberto se desentendeu com um dos colegas, desferindo-lhe um soco no rosto, causando-lhe lesões corporais graves (pena: 1 a 5 anos). O navio, que havia partido de Itajaí, em seguida a este evento, fez uma parada em Tubarão, onde Norberto foi conduzido à autoridade policial para a instauração de inquérito policial.

Norberto e a vítima residem em Blumenau.

Nesta circunstância, assinale a alternativa que indica corretamente a competência para processar e julgar os fatos relatados.

- (A) Vara Criminal de Blumenau.
- (B) Vara Federal de Blumenau.
- (C) Vara Criminal de Tubarão.
- (D) Vara Federal de Tubarão.
- (E) Vara Criminal de Itajaí.

**41**

Acerca do regramento de impedimentos e suspeição, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Penal brasileiro.

- (A) Pedro, Presidente da turma julgadora, é pai do Gustavo, parte ré no processo. Assim, a atividade de Pedro deve se limitar a incluir o processo em pauta para julgamento, a pedido do Relator, sendo impedido de proferir voto.
- (B) Thiago, investigado em determinado processo, é inimigo capital do Delegado de Polícia Emerson. Nesse caso, Emerson pode se declarar suspeito e, não o fazendo, Thiago pode opor exceção.
- (C) Carlos, Juiz, deve se declarar suspeito para atuar em processo em que sua prima, Luísa, funcionou como intérprete; não o fazendo, pode a parte arguir a suspeição.
- (D) Luiz, membro do Ministério Público, é sócio de Waldir em uma sociedade empresária. Nesse caso, a suspeição de Luiz, como membro do *parquet*, se limita aos processos criminais em que o MP funcionar como fiscal da lei.
- (E) O Juiz Bruno não será suspeito para julgar Fabrício, mesmo após ser por este ofendido, desde que a ofensa seja posterior à distribuição do processo criminal.

**42**

Relativamente às sentenças e decisões penais proferidas por Juízes singulares e Tribunais em grau de recurso, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Juiz ou Tribunal poderá, ainda que de ofício, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, aplicar definição jurídica diversa, ainda que para isso tenha que aplicar sanção mais grave.
- II. Encerrada a instrução probatória, se entender comprovada nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, poderá o Ministério Público aditar a denúncia, no prazo de cinco dias; o aditamento, contudo, não é cabível em grau de recurso.
- III. O Juiz poderá proferir decisão condenatória, ainda que o Ministério Público ou o representante (nos casos de ação penal condicionada a representação), devidamente habilitado como assistente de acusação, tenha se manifestado pela absolvição dos acusados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**43**

Assinale a opção que contém uma hipótese em que prova obtida é lícita.

- (A) Bruno, preso em flagrante transportando cinco quilos de substância entorpecente, teve o celular apreendido e verificado pela autoridade policial, nas circunstâncias do flagrante, por extensão da busca pessoal.
- (B) Fernanda, advogada, celebrou um acordo de colaboração premiada com o Ministério Público, fornecendo provas que incriminam Arthur, às quais teve acesso em decorrência de seu mandato como advogada do delatado.
- (C) O computador de Márcia, apreendido por ordem da autoridade judiciária competente, pode ser encaminhado para perícia perante órgãos oficiais de autoridade estrangeira, mediante pedido de cooperação jurídica internacional.
- (D) Durante o cumprimento de mandado de prisão expedido contra Daniele, no interior de sua residência, foram encontrados, sob um fundo falso dentro de um armário, R\$ 5.000.000,00 em espécie, não declarados, configurando indícios de crime tributário e de lavagem de dinheiro, ensejando ordem de prisão em flagrante.
- (E) Em abordagem de rotina a André, o policial atendeu o telefone de André, se passando pelo abordado, e conversou com a outra investigada, Camile, assim colhendo provas da participação de ambos em delitos de associação criminosa e corrupção ativa e passiva.

**44**

Sobre a prisão e as medidas cautelares diversas, analise as afirmativas a seguir:

- I. Juliana, mãe de Felipe (2 anos) e Eduardo (4 anos), não terá o benefício legal da prisão domiciliar se condenada, definitivamente, por tráfico de drogas, em regime fechado.
- II. O tempo de prisão preventiva cumprida por Sérgio deverá ser detraído, na sentença penal, para os fins de determinação de regime inicial de cumprimento de pena e aplicação de benefícios processuais penais.
- III. Rita, com quadro aparente de esquizofrenia, poderá ser internada provisoriamente diante da prática de crime com violência ou grave ameaça à pessoa, até que se realize perícia para apurar a imputabilidade.

De acordo com as disposições do Código de Processo Penal brasileiro, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

**45**

O elemento nuclear para identificar e distinguir taxa e preço público é

- (A) a localização topológica no texto constitucional.
- (B) a compulsoriedade presente na taxa somente.
- (C) a existência de um serviço público sendo prestado.
- (D) a liberdade de fixação do valor do preço público.
- (E) a remuneração de atividade privativa ou não do Estado.

46

Determinada lei atribuiu à autoridade fazendária local competência para expedir portaria fixando o prazo para recolhimento de determinado tributo de unidade federativa.

A lei em comento é

- (A) inválida, por ferir o princípio da competência tributária em matéria de normas gerais.
- (B) inconstitucional, por não obedecer ao princípio da tipicidade.
- (C) constitucional, uma vez que o prazo para recolhimento do tributo não é matéria reservada à lei.
- (D) inconstitucional, por contrariar o princípio da legalidade.
- (E) ineficaz, já que a portaria, como ato administrativo, não pode inovar o texto legal.

47

Determinada sociedade empresária celebrou com o Estado *Termo de Autodenúncia* confessando a dívida e reconhecendo a legitimidade de seu valor, gerando o parcelamento de seu débito tributário em 120 parcelas. Há, no termo, cláusula que dispõe ser a confissão da dívida irretroatável. Ocorre que, logo após, tomou conhecimento da Súmula 166 do STJ que dispõe “*Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte*”, exatamente a hipótese da origem da dívida confessada.

Nesse caso,

- (A) Sendo a confissão da dívida irretroatável, a empresa deve pagar as parcelas acordadas.
- (B) A confissão da dívida é ato jurídico perfeito e, portanto, não há como rever o que foi confessado.
- (C) Vigê o princípio quem paga mal, paga duas vezes, em prejuízo do contribuinte.
- (D) A obrigação de pagar o tributo só surge com a prática de seu fato gerador. Se este não ocorreu, não nasceu a obrigação tributária e não há dívida.
- (E) Viável a discussão da dívida em sede judicial, desde que não haja controvérsia sobre a hipótese de incidência da obrigação tributária em análise.

48

Determinado Município ingressa com Execução Fiscal em face de certa sociedade empresária. Sustenta, em síntese, que é devida a cobrança de IPTU do proprietário do imóvel, ainda que o referido bem tenha sido invadido por terceiros (fato incontroverso). O Município afirma que deve ser aplicada a decisão no Recurso Especial n. 1.111.202/SP, julgado sob o rito dos recursos especiais repetitivos, ocasião em que ficou definido que a responsabilidade pelo pagamento do IPTU pode ser eleita pelo Município, tanto ao possuidor a qualquer título, quanto ao titular da propriedade no registro de imóveis. O imóvel em questão está em nome da sociedade empresária executada.

Na hipótese descrita, o IPTU

- (A) é devido, devendo ser quitado pela sociedade empresária por ser titular de direito real sobre o bem.
- (B) não é devido, uma vez que o Município não assegurou à sociedade empresária o uso e gozo de seu direito de propriedade.
- (C) só será devido se a Municipalidade usar seu poder de polícia para remover os invasores.
- (D) é devido, cabendo à sociedade empresária ingressar com ação de reintegração de posse.
- (E) não é devido, porquanto a sociedade empresária está despida dos atributos inerentes à propriedade, o que desnatura a base material do fato gerador do IPTU.

49

Leia com atenção as assertivas a seguir e assinale a sequência correta, sendo V para Verdadeiro e F para Falso.

- ( ) A presunção de solidariedade no direito tributário toma contornos típicos, não vigendo a regra de que a solidariedade não se presume.
- ( ) Em decorrência da fonte legal, toda dívida tributária, que apresente no polo passivo uma pluralidade de pessoas, é solidária, sem exceção.
- ( ) A solidariedade estipulada para os que possuam interesse comum no fato gerador do tributo comporta benefício de ordem.
- ( ) Havendo solidariedade, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais conforme a unicidade presente no polo passivo da relação jurídico-tributária.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – V – F – F.
- (C) V – F – V – F.
- (D) V – F – F – V.
- (E) V – F – F – F.

50

Determinada sociedade empresária arrendou máquinas de outra, encerrando o arrendante suas atividades. Parte da clientela do arrendante passou a ser atendida pelo arrendatário no que concerne à atividade que demanda o uso das máquinas arrendadas. Ocorre que o arrendante, pessoa jurídica, apresentou débitos junto à Receita Federal.

Neste caso,

- (A) a sociedade empresária que arrendou as máquinas é substituta tributária da arrendante e responde por seus débitos.
- (B) a sociedade empresária arrendatária é sucessora da arrendante, quanto aos débitos tributários não pagos relativos ao uso do maquinário.
- (C) a sociedade empresária arrendatária não tem responsabilidade quanto aos débitos fiscais da arrendante, por não ter havido aquisição do fundo de comércio.
- (D) a sociedade empresária arrendante é substituída pela arrendatária, eis que esta permaneceu prestando serviços à sua clientela, com as máquinas arrendadas.
- (E) os sócios gestores da sociedade empresária arrendante serão pessoalmente responsáveis pelo débito fiscal não quitado.

51

Em relação ao que estabelece o Código Tributário Nacional (CTN), observe as afirmativas a seguir e assinale a única verdadeira.

- (A) A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário.
- (B) Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se na forma do Art. 150, § 4º do CTN.
- (C) O pedido de parcelamento fiscal, salvo se for indeferido, interrompe o prazo prescricional, pois caracteriza confissão extrajudicial do débito.
- (D) Em caso de impugnação do lançamento, o termo inicial da prescrição será a data da decisão administrativa que confirmar o lançamento.
- (E) Na hipótese de a legislação atribuir ao sujeito passivo da obrigação tributária o dever de antecipar o pagamento de tributo lançado por homologação, sem análise prévia do Fisco, o prazo se conta exclusivamente na forma do artigo 173 I do CTN.

**52**

Em determinada execução fiscal, antes da citação do devedor, a Fazenda celebrou acordo de parcelamento da dívida. Entretanto, já havia obtido medida cautelar de arresto parcial do valor devido, via SISBAJUD.

Nesta hipótese,

- (A) há liberação da constrição sobre a conta bancária do devedor em virtude do acordo firmado.
- (B) o acordo firmado retira da certidão da dívida ativa sua liquidez e certeza.
- (C) após o pagamento da primeira cota do parcelamento, pode ser suspensa a constrição.
- (D) a constrição realizada via SISBAJUD deve ser mantida para o caso de descumprimento do acordo.
- (E) o parcelamento do débito, antes da citação, determina a perda do objeto da execução.

**53**

Todos os Estados e Municípios participam obrigatoriamente do Simples Nacional. Entretanto, a depender da participação de cada Estado no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, poderão ser adotados pelos Estados limites diferenciados de receita bruta de EPP (sublimites), para efeitos de recolhimento de ICMS e ISS, conforme o caso.

Acerca dos sublimites, assinale a afirmativa correta.

- (A) O sublimite adotado por um Estado se aplica obrigatoriamente ao recolhimento do ISS dos Municípios nele localizados.
- (B) Os sublimites são limites diferenciados de receita líquida das empresas inseridas no simples, aplicados aos optantes por este regime fiscal, válidos para efeito de recolhimento do ICMS, ISS e IPI.
- (C) A taxa de inflação do ano anterior ao que será estabelecido o sublimite é que determina a possibilidade de os Estados ou o Distrito Federal adotarem valor maior ou menor de sublimite.
- (D) O sublimite adotado por Estados é aplicado para o recolhimento de todos os tributos abrangidos pelo Simples Nacional, inclusive contribuições e impostos federais.
- (E) O recolhimento do ISS dos Municípios não é afetado pelo sublimite adotado pelo Estado em que se localizam, em homenagem ao princípio federativo.

**54**

Contribuinte foi autuada por fato objetivo de ter excluído da base de cálculo do ITR área de preservação permanente, sem declaração específica do IBAMA neste sentido. Lei do ano da autuação havia excluído da base de cálculo do imposto as áreas de preservação permanente, sem exceções.

Nesta hipótese,

- (A) a lei não se aplica ao caso vertente, já que o fato gerador já havia ocorrido quando a lei foi promulgada.
- (B) há necessidade de ato administrativo regulamentar para a eficácia da lei isentiva.
- (C) a contribuinte está correta ante o princípio da retroatividade da *lex mitior* (retroatividade da lei mais benéfica).
- (D) na dúvida, há que se recolhido o imposto, já que a interpretação da lei tributária se dá restritivamente.
- (E) o fato gerador do ITR se aperfeiçoa em 1º de janeiro de cada ano. A lei só se aplicará no exercício fiscal seguinte, sendo devida a cobrança.

**55**

O Estado Alfa pretende adquirir determinado imóvel cujas características de instalações e de localização tornam necessária sua escolha, a fim de servir de sede para sua Controladoria Geral, diante da ampliação das atividades do órgão, no contexto de fortalecimento do sistema de controle interno do ente federativo. Foi instaurado um processo administrativo que tem por objeto estudar a aquisição pretendida, no bojo do qual foi realizada avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, pois imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos.

Neste contexto, consoante dispõe a Lei nº 14.133/2021, a aquisição pretendida

- (A) deve ser objeto de prévia e imprescindível licitação, cuja modalidade será decidida discricionariamente pelo Administrador Público entre concorrência e pregão.
- (B) deve ser objeto de prévia e imprescindível licitação, cuja modalidade será necessariamente o leilão, diante da natureza da contratação e de expressa previsão legal.
- (C) pode ser objeto de dispensa de licitação, mediante a devida comprovação de que o valor estimado para a contratação está de acordo com o preço de mercado e as justificativas que demonstrem a imprescindibilidade da aquisição e a inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto.
- (D) pode ser objeto de inexigibilidade de licitação, mediante a devida certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto e as justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado que evidenciem vantagem para o Estado Alfa.
- (E) pode ser objeto de dispensa de licitação, mediante a devida comprovação de que o valor estimado para a contratação está de acordo com o preço de mercado e as justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado que evidenciem vantagem para o Estado Alfa.

**56**

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a princípio, poderá disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente,

- (A) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- (B) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- (C) pessoa física que, dez anos antes da divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo.
- (D) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- (E) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

**57**

Em matéria de procedimentos auxiliares das licitações e das contratações, há aquele que poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

- I. paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
- II. com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
- III. em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Trata-se de processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens, na forma prevista em lei.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o procedimento auxiliar acima descrito é denominado

- (A) pré-qualificação.
- (B) credenciamento.
- (C) registro cadastral.
- (D) sistema de registro de preços.
- (E) procedimento de manifestação de interesse.

**58**

Em tema do que a doutrina de Direito Administrativo chama de cláusulas exorbitantes, a nova Lei de Licitações e Contratos dispõe que o regime jurídico dos contratos administrativos previstos na citada lei confere à Administração Pública, em relação a eles, algumas prerrogativas, como a de ocupar provisoriamente bens

- (A) móveis e imóveis, vedado utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, ainda que nas hipóteses de risco à prestação de serviços essenciais.
- (B) móveis, vedada a ocupação de bens imóveis, e a de utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de risco à prestação de serviços essenciais.
- (C) de qualquer natureza e a de utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato na hipótese de necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, apenas até a extinção do contrato.
- (D) de qualquer natureza e a de utilizar pessoal e serviços, ainda que não vinculados ao objeto do contrato, quando houver necessidade de garantir execução de multa em razão de faltas contratuais pelo contratado, até extinção do contrato.
- (E) móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato na hipótese de necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

**59**

De acordo com a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em tema de formalização dos contratos, é correto afirmar que

- (A) é permitido contrato por prazo indeterminado diante do peculiar regime jurídico das estatais.
- (B) a duração dos contratos regidos por tal lei, em regra, não excederá a 15 (quinze) anos, contados a partir de sua celebração.
- (C) os contratos regidos por tal lei somente poderão ser alterados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.
- (D) é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e a obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes, vedada a exigência de ressarcimento dos custos.
- (E) a redução a termo do contrato não poderá ser dispensada no caso de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento das quais não resultem obrigações futuras por parte da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

**60**

A Lei nº 8.987/1995 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Consoante dispõe o citado diploma legal, o contrato de concessão

- (A) não poderá conter cláusula quanto à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária.
- (B) não poderá admitir a subconcessão, ainda que expressamente autorizada pelo poder concedente e precedida de concorrência.
- (C) não poderá prever que a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.
- (D) poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da lei.
- (E) deverá prever que incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, mas a fiscalização exercida pelo órgão competente deve excluir ou atenuar essa responsabilidade.

Realização

